



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Relatório de Atividades 2010



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça**

Relatório de Atividades 2010

São Luís
2011

Organização

Pedro Lino Silva Curvelo
Diretor-Geral

Marco Aurélio Ramos Fonseca
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Theresa Maria Muniz Ribeiro De La Iglesia
Promotora de Justiça

Lusélias Soares Sales Lopes
Analista Ministerial

Mônica Carvalho do Nascimento
Assessora Técnica

Supervisão

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Editoração

Rômollo de Sá Malta
Chefe da Seção de Editoração e Publicação

Normalização

Conceição de Maria Lima Guedes
Analista Ministerial

Rosicléa Pereira Rodrigues
Analista Ministerial

Diagramação final e arte

Hildebrando Bezerra de Araújo

Capa

Raimundo Nonato Penha Soares

Fotos

Acervo do Ministério Público Estadual

Rua Osvaldo Cruz, 1396 - Centro
São Luís - Maranhão - CEP: 65.020-910
Fone: (98) 3219 1600 - www.mp.ma.gov.br

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2010 - São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2011.

88 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
GESTÃO 2010

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES
TRAVASSOS CORDEIRO
Procuradora-Geral de Justiça

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Jurídicos

REGINA MARIA DA COSTA LEITE
Subprocuradora-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos

SELENE COELHO DE LACERDA
Corregedora-Geral do Ministério Público

IRACY MARTINS FIGUEIREDO AGUIAR
Ouvidora-Geral do Ministério Público

LÚCIA CRISTIANA SILVA CHAGAS
Assessora-Chefe da PGJ

LENA CLÁUDIA RIPARDO PAUXIS
Diretora da Escola Superior
do Ministério Público

MÁRCIA MOURA MAIA
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da
Infância e Juventude

LUIS FERNANDO CABRAL
BARRETO JUNIOR
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de
Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural

JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade
Administrativa

JOSÉ ARGÔLO FERRÃO COÊLHO
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de
Direitos Humanos e Cidadania

NÚBIA ZEILE PINHEIRO GOMES
Coordenadora de Assuntos Estratégicos
e Inteligência

PEDRO LINO SILVA CURVELO
Diretor-Geral

MARCO AURÉLIO RAMOS FONSECA
Diretor da Secretaria para
Assuntos Institucionais

MARIA INILENE CUTRIM BATISTA
Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadoria de Administração

IVONEIDE QUEIROZ SANTOS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas

TATIANA ALVES DE PAULA
Coordenadoria de Orçamento e Finanças

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

TÁCITO DE JESUS LOPES GARROS
Coordenadoria de Comunicação

JOÃO SOARES BATISTA FILHO
Coordenadoria de Modernização
e Tecnologia da Informação

ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO REGO
Coordenadoria de Processos

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO
Coordenadoria de Serviços Gerais

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Coordenadoria da Folha de Pagamento

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Comissão Permanente de Licitação

CARLOS ALBERTO PINHEIRO
BARROS JÚNIOR
Assessoria de Controle Interno e Auditoria

WALTER DA CONCEIÇÃO ANDRADE BRAGA
Assessoria Técnica

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(Biênio 2009-2011)**

TITULARES

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Selene Coelho de Lacerda
CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Suvamy Vivekananda Meireles
CONSELHEIRO

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
CONSELHEIRO

Flávia Tereza de Viveiros Vieira
CONSELHEIRA

José Argôlo Ferrão Coêlho
CONSELHEIRO

Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
CONSELHEIRA

SUPLENTE

Themis Maria Pacheco de Carvalho
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
Domingas de Jesus Froz Gomes

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

José Antonio Oliveira Bents
Regina Lúcia de Almeida Rocha
Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
José Argôlo Ferrão Coêlho
Iraci Martins Figueiredo Aguiar
Ana Lídia de Mello e Silva Morais
Lígia Maria da Silva Cavalcanti
Suvamy Vivekananda Meireles
Krishnamurti Lopes Mendes França
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Carlos Nina Everton Cutrim
Selene Coelho de Lacerda
José Henrique Marques Moreira
Domingas de Jesus Fróz Gomes
Francisco das Chagas Barros de Sousa

Cézar Queiroz Ribeiro
Clodenilza Ribeiro Ferreira
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
Regina Maria da Costa Leite
Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Teodoro Peres Neto
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
Sâmara Ascar Sauaia
Themis Maria Pacheco de Carvalho
Maria Luiza Ribeiro Martins Cutrim
Mariléa Campos dos Santos Costa
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato



Este Relatório Anual é uma síntese das múltiplas e complexas atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2010, pelo Ministério Público do Estado do Maranhão e tem por escopo mostrar à sociedade maranhense, através de dados estatísticos, as ações desenvolvidas pelo Ministério Público Maranhense nas áreas criminal, cível e de defesa dos interesses difusos e coletivos, ao longo deste doze meses. Os resultados demonstram que a Instituição procurou incrementar sua atuação na esfera extrajudicial, o que pode ser constatado pelo aumento substancial do número de atendimentos ao público, reuniões, termos de ajustamento de conduta, inspeções e audiências públicas. A diminuição no número de ações civis públicas no ano de 2010 reflete o propósito institucional de resolução extrajudicial dos conflitos, evitando-se a judicialização indiscriminada de pretensões, o que reflete a postura de nossos membros na busca de formas conciliatórias, rápidas e efetivas de resolução de pendências, independentemente de ingresso com demanda judicial, primado de um Ministério Público mais resolutivo.

Exemplo dessa postura é a atuação da Promotoria Itinerante de São Luís, que com a visão de contribuir para a democratização do acesso à justiça, se instalou em vários bairros da cidade, buscando a garantia dos direitos fundamentais, em suas diversas concepções, através de audiências públicas pelas comunidades ou durante os atendimentos individuais, valendo-se para tal do concurso de uma unidade móvel (ônibus) adaptado para facilitar a prestação de tais serviços.

Grandes desafios e muitas realizações institucionais marcaram o ano de 2010. Uma das nossas conquistas foi a revisão geral anual dos salários dos integrantes do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério, além da nomeação de sessenta e três assessores técnicos de nível superior para auxiliarem na organização funcional das Pro-

motorias da Capital e propiciando assim melhor atuação do Ministério Público na defesa da sociedade maranhense.

Destacamos, também, a atuação dos Centros de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, da Infância e Juventude, da Probidade Administrativa e do Meio Ambiente que no ano de 2010 contribuíram de maneira substancial para a erradicação da pobreza e da redução das desigualdades sociais.

Por fim, recordamos que as conquistas obtidas no ano de 2010 são etapas de um processo que se aprimora a cada ano, materializado no esforço contínuo do trabalho de equipe integrada por membros e servidores, em busca do aperfeiçoamento do serviço público e da maior eficiência de atendimento aos interesses da sociedade maranhense.

Os meus sinceros agradecimentos a todos os colegas, servidores, estagiários, assessores, enfim, a todos que de maneira valiosa contribuíram para a realização deste trabalho e que com compromisso, integração e esforço, ajudaram para o cumprimento da nossa principal missão: bem servir à sociedade maranhense.

Muito obrigada!

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO

Procuradora-Geral de Justiça

1	MISSÃO	9
2	PERFIL DO ESTADO	10
3	ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	11
3.1	Procuradoria Geral de Justiça	12
3.2	Colégio de Procuradores de Justiça	12
3.3	Conselho Superior do Ministério Público	13
3.4	Corregedoria Geral do Ministério Público	14
3.5	Procuradorias de Justiça	15
3.6	Promotorias de Justiça	15
3.7	Órgãos Auxiliares	15
3.7.1	Escola Superior do Ministério Público	16
3.7.2	Dos Centros de Apoio Operacional	17
3.7.3	Da Ouvidoria.....	17
3.7.4	Das Assessorias	18
3.7.5	Da Comissão de Concurso.....	18
3.8	Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo	18
3.8.1	Diretoria Geral	18
3.8.2	Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais	19
3.8.3	Diretoria da Secretaria Administrativo-financeira.....	20
3.8.4	Coordenadorias e Setores equiparados	20
3.8.5	Estagiários.....	21
4	RECURSOS E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	22
4.1	Recursos Orçamentários	22
4.2	Recursos Humanos	24
5	PROGRAMA 0337 - GESTÃO DA CIDADANIA	26
5.1	Ação 2322: Capacitação de Recursos Humanos	26
5.2	Ação 2963: Direção e Coordenação da Cidadania	33
5.3	Ação 3037: Construção da sede própria do Ministério Público	34
5.4	Ação 3038: Construção, Reforma e Aparelhamento de unidades do Ministério Público	34
5.4.1	Elaboração de projetos de engenharia.....	34
5.4.2	Construção de sedes próprias de Promotorias de Justiça	35
5.4.3	Reformas	36
5.4.4	Projetos elaborados.....	36
5.4.5	Acompanhamento e fiscalização de obras – Vistorias realizadas.....	37
5.4.6	Levantamento físico das Promotorias de Justiça	38

5.4.7	Aparelhamento de unidades.....	39
5.4.8	Modernização do Parque Tecnológico de Informática.....	42
5.5	Ação 4049: Manutenção da Unidade	46
5.5.1	Da Atuação dos Promotores de Justiça.....	47
5.5.1.1	Promotorias Itinerantes.....	61
5.5.2	Da Atuação processual da Procuradora-Geral e dos Procuradores de Justiça	62
5.5.3	Da Atuação da Assessoria da Procuradora-Geral de Justiça.....	64
5.5.4	Da Atuação do Conselho Superior	67
5.5.5	Da Atuação do Colégio de Procuradores de Justiça	68
5.5.6	Da Atuação da Corregedoria Geral do Ministério Público	69
5.5.7	Da Atuação da Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.....	69
5.5.8	Da Atuação da Ouvidoria do Ministério Público.....	70
5.5.9	Da Atuação dos Centros de Apoio Operacional - CAOps.....	72
5.5.10	Acervo Bibliográfico, Documentação e Publicações	80
5.5.11	Comunicação Interna e Externa	81
5.5.12	Produção Processual.....	84
6	INDICADORES DE GESTÃO	85
	PROMOTORES DE JUSTIÇA POR ENTRÂNCIA – ANO 2010	86

1

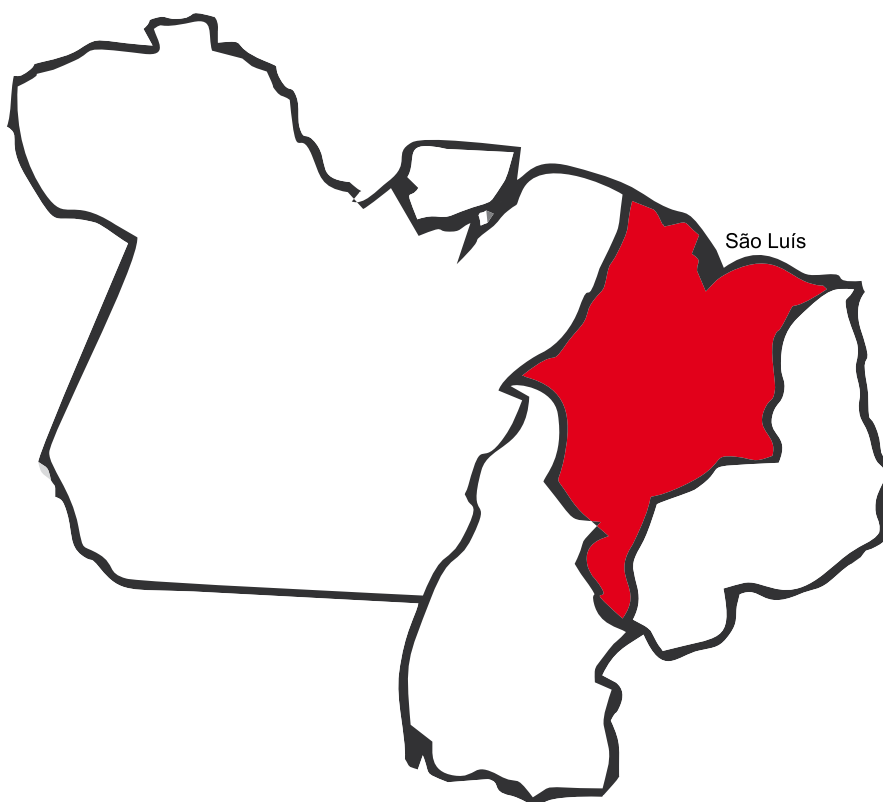
MISSÃO

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. (art. 127 da Constituição Federal/1988).

No Planejamento Estratégico 2008-2011, ficou consignado como missão do Ministério Público do Maranhão a promoção da efetivação do Estado Democrático de Direito, a busca pela justiça social e o pleno exercício da cidadania.

2

PERFIL DO ESTADO



O Estado do Maranhão, situado na região Nordeste do Brasil, possui 6.424.340 habitantes e é composto por 217 municípios, ocupando a 4ª posição na região e a 16ª economia do país.

O Estado possui 7 distritos industriais, dos quais 3 (São Luís, Imperatriz e Balsas) já estão implantados e 4 (Rosário, Santa Inês, Bacabal e Açailândia) estão em fase de implantação, todos localizados às margens ou em áreas que sofrem influência da Estrada Carajás.

No Distrito Industrial de São Luís, o mais importante do Estado, estão instaladas as fábricas de alumínio da ALUMAR, duas cervejarias e aproximadamente 40 outras empresas que atuam nos setores químicos, gráfico, imobiliário, metalúrgico, entre outros.

O complexo portuário integrado pelos terminais de Itaqui, Ponta da Madeira e Alumar é responsável por mais de 50% da movimentação de cargas portuárias do norte e nordeste. São exportados, principalmente, alumínio, ferro, soja e manganês.

Será constituída no Maranhão, no município de Bacabeira, a maior refinaria da América Latina e uma das maiores do mundo. A refinaria PREMIUM proporcionará um novo ciclo industrial no Estado. Embora, nos últimos anos, o Estado tenha apresentado uma melhora significativa na qualidade de vida da população, ainda não conseguiu superar os problemas de saneamento básico, desnutrição infantil e, em consequência, a desigualdade social que persiste em todo o Brasil.

Uma das mais importantes áreas de proteção ambiental, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o Delta do Parnaíba, encontra-se no Estado do Maranhão.

A agricultura e a pecuária são atividades importantes na economia do Maranhão, além da pesca, que lhe dá a liderança na produção de pescado artesanal do país.

A Capital do Estado do Maranhão, São Luís, em 1997, foi tombada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

3.1 Procuradoria Geral de Justiça

A Procuradoria Geral de Justiça é Órgão da Administração Superior do Ministério Público, chefiada pelo Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, dentre os integrantes da carreira em exercício há mais de 10 anos, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, a partir de lista tríplice formada em eleição pelos Membros da Instituição.

O Procurador-Geral de Justiça é substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, na falta deste, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e, nos casos de suspeição e impedimento previstos na legislação processual, pelo Procurador de Justiça mais antigo no Colégio de Procuradores.

Além de uma série de funções de natureza administrativa, o Procurador-Geral de Justiça também atua como Órgão de Execução.

Nessa qualidade incumbe-lhe, entre outras atribuições, representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual; representar, para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial; representar o Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça; interpor

recurso ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça; ajuizar mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Governador do Estado, de Secretários de Estado, da Assembleia Legislativa, dos Tribunais de Contas, ou em outros casos de competência originária dos Tribunais; ajuizar ação penal de competência originária dos Tribunais, nela oficiando; officiar nos processos de competência originária dos Tribunais; determinar o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusões de comissões parlamentares de inquérito ou inquérito policial, nas hipóteses de suas atribuições legais; exercer as funções do artigo 129, II e III da Constituição Federal, e do artigo 98, II e III da Constituição Estadual, quando a autoridade reclamada for o Governador, o Presidente da Assembleia Legislativa, os Presidentes dos Tribunais ou Secretários de Estado, bem como quando contra estes deva ser ajuizada a competente ação; além de poder delegar a membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução.

O Procurador-Geral de Justiça, para o desempenho de suas atribuições, conta com o auxílio da Assessoria Especial, a qual é constituída preferencialmente por membros do Ministério Público de sua livre escolha, e chefiada por um membro do Ministério Público.

3.2 Colégio de Procuradores de Justiça



Parte dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, formado por todos os Procuradores de Justiça em atividade e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução.

Como Órgão da Administração Superior, cabe ao Colégio, dentre outras importantes atribuições, opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional; eleger a lista tríplice para escolha do Ouvidor do Ministério Público; propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais; aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria Geral de Justiça, bem como projeto de criação de cargos e serviços auxiliares; propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça pelo voto 2/3 (dois terços) de seus membros, e por

iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa; eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público, destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público e o Ouvidor do Ministério Público, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, por representação do Procurador-Geral de Justiça e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, assegurada ampla defesa; recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público; deliberar, por iniciativa da maioria de seus integrantes, ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos em Lei; bem como desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

3.3 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, como membros eleitos para um mandato de dois anos, possuindo atribuições como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução.

Ao Conselho Superior do Ministério Público compete a elaboração das listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, caput e 104, parágrafo único, II da Constituição Federal e artigo 77 da Constituição Estadual; indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento; indicar ao Procurador-Geral de Justiça o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção ou remoção por antiguidade; indicar ao Procurador-Geral de Justiça Promotores de Justiça para substituição por convocação na 2ª instância; aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Ministério Público na carreira; decidir sobre vitaliciamento de membro do Ministério Público na carreira; determinar, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus integrantes, a disponibilidade e a remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público, assegurada ampla defesa; eleger, dentre seus membros, o secretário do Conselho; aprovar o quadro geral de antiguidade do



Reunião do Conselho Superior do MPMA

Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas a respeito; sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços; eleger os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso; autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior; regulamentar o processo de escolha dos candidatos do Ministério Público para membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, bem como exercer outras atribuições previstas em lei.

3.4 Corregedoria Geral do Ministério Público



Procuradora Selene Lacerda - Corregedora-Geral do MPMA, Promotora Marinete Avelar e Equipe

A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

Para tal mister, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, realizar correições e inspeções nas Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e Colégio de Procuradores, respectivamente; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei, a confirmação ou não de membro do Ministério Público na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução; instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro do Ministério Público, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, assegurada ampla defesa; encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que incumba a este decidir; manter prontuário atualizado dos membros da Instituição; remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior; elaborar a escala de férias dos Promotores de Justiça e das respectivas substituições, submetendo-a em prazo oportuno ao Procurador-Geral de Justiça. O Corregedor-Geral do Ministério Público é eleito pelo Colégio de Procuradores para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observada a mesma forma de escolha, cabendo ao Subcorregedor-Geral do Ministério Público, por ele escolhido dentre Procuradores de Justiça e nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça, substituí-lo nos seus afastamentos e impedimentos.

Para os trabalhos de inspeção e correição em Promotorias de Justiça, além de outras atribuições que venham a ser definidas em ato próprio, o Corregedor-Geral do Ministério Público é auxiliado por um corpo de Promotores de Justiça Corregedores, integrado por Promotores de Justiça da entrância mais elevada e um número não excedente a quatro, indicados pelo Corregedor-Geral e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

3.5 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, composta por Procuradores de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções.

Em cada Câmara dos Tribunais de Justiça funciona uma Procuradoria de Justiça, bem como no Tribunal de Contas, sendo obrigatória a presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

Os Procuradores de Justiça exercem inspeção permanente nos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, cabendo-lhes remeter seus re-

latórios à Corregedoria Geral do Ministério Público. Incumbe às Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se para fixar orientação sobre questões jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as à Procuradoria Geral de Justiça.

À Procuradoria de Justiça compete a escolha do Procurador de Justiça responsável pelos serviços administrativos e solicitar ao Procurador-Geral de Justiça, em caso de licença de Procurador de Justiça ou afastamento de suas funções junto à Procuradoria de Justiça, que convoque Promotor de Justiça da mais alta entrância para substituí-lo.

3.6 Promotorias de Justiça



Sedes das Promotorias de Justiça da Capital

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, e exercidas por Promotores de Justiça para o desempenho das funções institucionais do Ministério Público nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com

exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas afetas ao Ministério Público, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos Juizados Especiais Cíveis, dentre outras.

3.7 Órgãos Auxiliares

São Órgãos Auxiliares do Ministério Público a Escola Superior do Ministério Público, os Centros de Apoio Operacional, a Ouvidoria do Ministério Público, as

Assessorias, a Comissão de Concurso, os órgãos de Apoio Administrativo e os Estagiários.

3.7.1 Escola Superior do Ministério Público



Promotora Lena Pauxis - Diretora da ESMP



Promotora Karla Vieira - Assessora da ESMP



Promotora Theresa De La Iglesia - Assessora da ESMP



Curso Ministrado pela Escola Superior do MPMA

A Escola Superior do Ministério Público é órgão auxiliar do Ministério Público e visa à preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como ao oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral.

Para a consecução de seus objetivos, a Escola Superior do Ministério Público poderá realizar cursos, congressos, seminários, simpósios, fóruns e outros encontros do gênero, assim como pesquisas, atividades, estudos e publicações.

A direção da Escola Superior do Ministério Público é exercida, preferencialmente, por Procurador de Justiça nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante indicação do Conselho Superior do Ministério Público, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

O Diretor da Escola Superior do Ministério Público

dirige, coordena e supervisiona todas as atividades do órgão, sendo substituído automaticamente, em suas faltas e impedimentos, pelo representante do Colégio de Procuradores de Justiça no Conselho Pedagógico da Escola Superior do Ministério Público.

Constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento dos membros do Ministério Público a participação em curso realizado ou reconhecido pela Escola Superior do Ministério Público, nos termos do art. 93, IV, combinado com o art. 129, § 4º, da Constituição da República.

Por sua vez, a aferição do merecimento do membro do Ministério Público levará em consideração a frequência e aproveitamento nos cursos realizados ou reconhecidos pela Escola Superior do Ministério Público, nos termos do art. 93, II, c, combinado com o art. 129, § 4º, da Constituição da República.

3.7.2 Dos Centros de Apoio Operacional

Os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, aos quais cumpre estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns; promover o levantamento periódico das necessidades materiais das Promotorias, adotando as providências necessárias para supri-las; remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade; estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções; remeter,

anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça, relatório das atividades do Ministério Público relativas a sua área de atuação; exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, inclusive o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, vedada a expedição de atos normativos.

As funções de Coordenador dos Centros de Apoio Operacional serão exercidas privativa e cumulativamente por membro do Ministério Público designado pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores.

Os Centros de Apoio Operacional serão localizados na sede das Comarcas de maior número de Promotorias de Justiça.

3.7.3 Da Ouvidoria

A Ouvidoria do Ministério Público é o órgão competente para receber elogios, críticas, sugestões, reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares.

Compete à Ouvidoria, em síntese, dentre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, bem como representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis ou, conforme o caso, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público nas hipóteses de sua competência.

A Ouvidoria do Ministério Público não dispõe de poderes correccionais, não interfere, nem substitui as atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O acesso à Ouvidoria será realizado por comparecimento, ou mediante correspondência, ligação telefônica, devidamente reduzida a termo pela Ouvidoria, mensagem via fac-símile ou comunicação via Internet, com utilização do serviço da Ouvidoria a ser disponibilizado no sítio do Ministério Público.

O cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Maranhão será exercido por Procurador de Justiça, em atividade, nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça a partir da lista triplíce escolhida pelo Colégio de Procuradores, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.



Procuradora Iracy Aguiar, Ouvidora-Geral do MPMA

3.7.4 Das Assessorias

São órgãos de assessoramento do Ministério Público a Assessoria Especial, a Assessoria Jurídica, a Assessoria Técnica e a Assessoria do Controle Interno e Auditoria.

À Assessoria Especial, de livre escolha do Procurador-Geral, constituída preferencialmente por membro do Ministério Público, incumbe auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro do Ministério Público. A Assessoria Jurídica, por sua vez, é composta por bacharéis em Direito nomeados em comissão pelo Procurador-Geral, mediante indicação do Procurador de Justiça, tendo por finalidade auxiliar os Procuradores de Justiça nas suas funções de órgãos de execução.

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, bem assim prestar suporte técnico do Ministério Público nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por Ato do Chefe da Instituição.

Por fim, cumpre à Assessoria do Controle Interno e Auditoria assessorar a Administração Superior em matéria de sua competência, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, analisar e manifestar-se acerca da regularidade dos processos administrativos; efetuar auditoria contábil e operacional; elaborar relatórios, pareceres e recomendações; examinar a adequação e eficácia dos controles; avaliar a integridade e a confiabilidade das informações e registros; elaborar os relatórios de gestão exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; acompanhar o cumprimento de metas e avaliar os resultados na sua área de atuação; elaborar e analisar cálculos afetos a sua área de competência; zelar pela qualidade e pela independência do sistema de controle interno; avaliar regulamentos e manuais relativos ao funcionamento das atividades e dos processos de trabalho relativos à sua área de competência; conscientizar e orientar os diversos segmentos do Ministério Público sobre a importância do sistema de controle interno para a proteção do patrimônio público; além de exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

3.7.5 Da Comissão de Concurso

A Comissão de Concurso, órgão auxiliar de natureza transitória, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e integrada por 3 (três) membros do Ministério Público titulares, preferencialmente, Procuradores de Justiça, e 3 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Superior, além do representante do Conselho

Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e respectivo, tem a incumbência de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo vedada a participação na Comissão de parente consanguíneo ou afim até o segundo grau de candidatos inscritos.

3.8 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo



Promotora Núbia Gomes - Coordenadora de Assuntos Estratégicos e Inteligência

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo da Instituição estão organizados em Coordenadorias e Seções, de modo que uma Coordenadoria é composta de uma ou mais Seções. Em sua maioria, estão vinculados à Diretoria da Secretaria Administrativa-Financeira, que, por sua vez, é subordinada diretamente à Diretoria-Geral do Ministério Público.

3.8.1 Diretoria Geral



Promotor Pedro Lino, Diretor-Geral PGJ

Cumprir ao Diretor-Geral, entre outras atribuições, o assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça no planejamento e fixação de diretrizes para administração do Ministério Público, incumbindo-lhe planejar, coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral; estabelecer mecanismos que promovam o inter-relacionamento das unidades administrativas do Ministério Público; cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções normativas, internas e externas, pertinentes à administração do Ministério Público; praticar atos de gestão adminis-

trativa, orçamentária e financeira do Ministério Público, quando não forem privativos do Procurador-Geral de Justiça, ou quando por ele delegados; analisar a proposta de programação orçamentária e financeira e submetê-la à apreciação do Procurador-Geral de Justiça; propor ao Procurador-Geral de Justiça a edição de atos normativos, de caráter administrativo, nos assuntos de sua competência ou de competência delegada; propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala anual de férias dos servidores do Ministério Público; elaborar proposta orçamentária do Ministério Público, devidamente instruída quanto à sua execução, submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça, que a encaminhará ao Colégio de Procuradores de Justiça para aprovação; submeter à aprovação do Procurador-Geral de Justiça os planos e programas de trabalho da Diretoria Geral e das unidades a ela vinculadas; assistir ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas atribuições administrativas; propor o programa de trabalho das unidades subordinadas e as alterações que se fizerem necessárias; propor ao Procurador-Geral de Justiça normas de funcionamento das unidades subordinadas, fixando-lhes as áreas de atuação, quando for o caso, além de executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

3.8.2 Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais

Ao Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais incumbe, precipuamente, selecionar, reunir, organizar e disseminar as informações na área de interesse do Ministério Público; distribuir e divulgar estudos, levantamentos, propostas e resultados alcançados na área jurídica; exercer o acompanhamento da produção legislativa de interesse do Ministério Público; auxiliar na elaboração de atos normativos internos; elaborar minuta de projeto de lei; secretariar o Fórum Permanente do Ministério Público, instância informal de consulta para subsídio não vinculativo do processo de decisão do Procurador-Geral de Justiça; coordenar estágio curricular com instituições de ensino



Promotor Marco Aurélio Fonseca, Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais/PGJ

superior conveniadas; elaborar e atualizar o calendário institucional permanente; coordenar a elaboração do calendário anual de atividades da Procuradoria Geral de Justiça; auxiliar o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça na articulação das atividades dos Centros de Apoio Operacional; auxiliar as atividades do planejamento institucional e

seu monitoramento; coordenar as atividades de divulgação das ações institucionais do Ministério Público cuja execução caiba à Coordenadoria de Comunicação; validar a inclusão de conteúdo no portal da Procuradoria Geral de Justiça na Internet; exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

3.8.3 Diretoria da Secretaria Administrativo-Financeira

Ao Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira, por sua vez, cabe acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, destinação e alienação dos bens patrimoniais da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à execução de obras e serviços realizados pela Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades inerentes à aquisição,

utilização, manutenção, consumo, controle e guarda dos veículos de propriedade da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades de gestão de recursos humanos da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados da execução das atividades relacionadas à documentação, como ainda da aquisição, controle, guarda e atualização do acervo bibliográfico da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à folha de pagamento da Procuradoria Geral de Justiça; bem como exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

3.8.4 Coordenadorias e Setores equiparados

Integram a estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça as seguintes Coordenadorias:

- 1 - Coordenadoria de Gestão de Pessoas
 - 1.1 - Seção de Administração de Pessoal;
 - 1.2 - Seção de Desenvolvimento de Pessoal;
 - 1.3 - Seção de Saúde Funcional.
- 2 - Coordenadoria de Serviços Gerais
 - 2.1 - Seção de Manutenção e Serviços Gerais;
 - 2.2 - Seção de Transporte;
 - 2.3 - Seção de Obras, Engenharia e Arquitetura;
 - 2.4 - Seção de Análise de Custos.
- 3 - Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação
 - 3.1 - Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
 - 3.2 - Seção de Segurança e Rede de Computadores;
 - 3.3 - Seção de Suporte e Manutenção.
- 4 - Coordenadoria de Administração
 - 4.1 - Seção de Material e Patrimônio;
 - 4.2 - Seção de Compras.

- 5 - Coordenadoria de Orçamento e Finanças
 - 5.1 - Seção de Execução Orçamentária;
 - 5.2 - Seção de Controle Contábil;
 - 5.3 - Seção de Controle Financeiro.
- 6 - Coordenadoria de Documentação e Biblioteca
 - 6.1 - Seção de Pesquisa Jurídica;
 - 6.2 - Seção de Editoração e Publicação;
 - 6.3 - Seção de Protocolo;
 - 6.4 - Seção de Arquivo.
- 7 - Coordenadoria de Comunicação
 - 7.1 - Seção de Imprensa;
 - 7.2 - Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica
- 8 - Coordenadoria da Folha de Pagamento
- 9 - Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência
 - 9.1 - Seção de Apoio Administrativo;
 - 9.2 - Seção de Operação;
 - 9.3 - Seção de Análise e Inteligência;
 - 9.4 - Seção de Segurança Institucional;
 - 9.5 - Seção de Transporte e Logística.
- 10 - Coordenadoria de Processos
 - 10.1 - Seção Criminal;
 - 10.2 - Seção Cível;
- 11 - Assessoria do Controle Interno e Auditoria
 - 11.1 - Assessoria Técnica
 - 11.2 - Assessoria Técnica I
 - 11.3 - Assessoria Técnica II
 - 11.4 - Assessoria Técnica III
 - 11.5 - Assessoria Técnica IV
 - 11.6 - Assessoria Técnica V
- 12 - Chefia de Cerimonial
- 13 - Chefia de Secretaria
- 14 - Comissão Permanente de Licitação
- 15 - Gabinete de Segurança Institucional

3.8.5 Estagiários

Os estagiários constituem Órgão Auxiliar das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público, os quais são admitidos pelo Procurador-Geral de Justiça para período não superior a dois anos, após regular processo de seleção, para o exercício transitório de funções auxiliares relativas ao levantamento de dados e de conteúdos doutrinários e jurisprudenciais; à realização e ao acom-

panhamento de diligências de investigações para as quais forem incumbidos; ao estudo de matérias que lhe sejam confiadas; ao atendimento ao público; ao controle da movimentação processual e à execução de serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo de documentos, dentre outras atividades compatíveis com sua condição acadêmica.

4

RECURSOS E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.1 Recursos Orçamentários

A principal peça de planejamento do setor público é o Plano Plurianual (PPA) que consiste em planejamento estratégico de longo prazo, contendo os projetos e atividades que o órgão pretende realizar, ordenando as suas ações e visando a consecução de objetivos e metas a serem atingidas no período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o período 2008-2011, aprovado por meio da Lei nº. 8.733, de 21 de

dezembro de 2007, autorizou sete ações para o Ministério Público Estadual, no exercício financeiro de 2010, a serem executadas pelas unidades gestoras 070101 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA e 070901 – FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através de dois programas, 0337 – Gestão da Cidadania e 0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1 – Programas e Ações do Ministério Público do Estado do Maranhão – Ano 2010

Descrição	R\$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	189.949.423,00
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	173.401.858,00
Ação: 2322 – Capacitação de Recursos Humanos Finalidade: Promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis de graduação e serviços de modo a obter melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade.	500.000,00
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	140.600.214,00
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir, adaptar e aparelhar sede do Ministério Público maranhense.	5.329.880,00
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	12.645.461,00
Ação: 4049 – Manutenção da unidade Finalidade: Prover a unidade recursos destinados à gestão administrativa dos seus programas.	14.326.303,00
PROGRAMA: 0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	Descrição
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	14.916.731,00
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	1.630.834,00

Tabela 2 – Execução do Orçamento por Programa – Ano 2010

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	189.949.423,00	176.049.680,08	92,68
0337 – Gestão da Cidadania	173.401.858,00	159.923.685,36	92,23
0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado	16.547.565,00	16.125.994,72	97,45

Tabela 3 – Execução do Orçamento por Projeto/Atividade

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	189.949.423,00	176.049.680,08	92,68
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	173.401.858,00	159.923.685,36	92,23
Ação: 2322 – Capacitação de Recursos Humanos Finalidade: Promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis de graduação e serviços de modo a obter melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade.	500.000,00	345.556,07	69,11
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	140.600.214,00	136.333.719,23	96,97
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir, adaptar e aparelhar sede do Ministério Público maranhense.	5.329.880,00	5.329.880,00	100
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	12.645.461,00	4.900.644,42	38,75
Ação: 4049 – Manutenção da unidade Finalidade: Prover a unidade recursos destinados à gestão administrativa dos seus programas.	14.326.303,00	13.013.885,64	90,84
PROGRAMA: 0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	16.547.565,00	16.125.994,72	97,45
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	14.916.731,00	14.637.797,56	98,13
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	1.630.834,00	1.488.197,16	91,25

Tabela 4 – Acompanhamento da Execução do Orçamento por Programa (PPA 2008-2011)

	2008	2009	2010
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	99,53%	95,89%	92,68%
0337 Gestão da Cidadania	97,40%	95,57%	92,23%
0410 Previdência dos Servidores Públicos do Estado	99,30%	99,26%	97,45%

No ano de 2010 a execução orçamentária no que concerne à ação Gestão da Cidadania foi de 92,68%, cujo valor foi influenciado pela não realização das obras de reforma do prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital, para cuja ação foi destinada grande parte do recurso total disponível, em decorrência de a licitação para contratação de empresa para realização da obra ter sido declarada fracassada, em decorrência de inabilitação da empresa licitante, por insuficiência técnica.

A ação de capacitação de recursos humanos não alcançou os resultados almejados pela Administração Superior, ficando em 69,11% do total previsto, ensejando mudança de postura da Procuradoria Geral de Justiça, notadamente quanto à interiorização dessa ação, para alcançar número maior de servidores lotados nas Promotorias de Justiça de Entrâncias Inicial e Intermediária.

4.2 Recursos Humanos

O Ministério Público do Estado do Maranhão contou em 2010 com um quadro de 256 Promotores de Justiça, 31 Procuradores de Justiça, 500 servidores efetivos (Analistas, Técnicos e Auxiliares Ministeriais), 194 servidores comissionados, 224 servidores requisitados e 79 estagiários.

Os Procuradores estão lotados em São Luís, enquanto os Promotores atuam em 256 Promotorias de Justiça, assim distribuídas:

Tabela 5 – Membros (Lotação)

ENTRÂNCIA	Nº DE COMARCAS	Nº DE PROCURADORES	Nº DE PROMOTORIAS	Nº DE PROMOTORES
FINAL	01	31	84	84
INTERMEDIÁRIA	30	-	95	99
INICIAL	77	-	77	73
TOTAL	108	31	256	256

Tabela 6 – Movimentação da Força de Trabalho (2008-2010)*

Ato	2008		2009		2010	
	Membros	Servidores	Membros	Servidores	Membros	Servidores
Nomeação	1	28	18	38	23	40
Exoneração	0	13	0	28	3	33
Aposentadoria	2	2	1	0	2	2

Fonte: CGP

(*) a partir de 13/06/2008

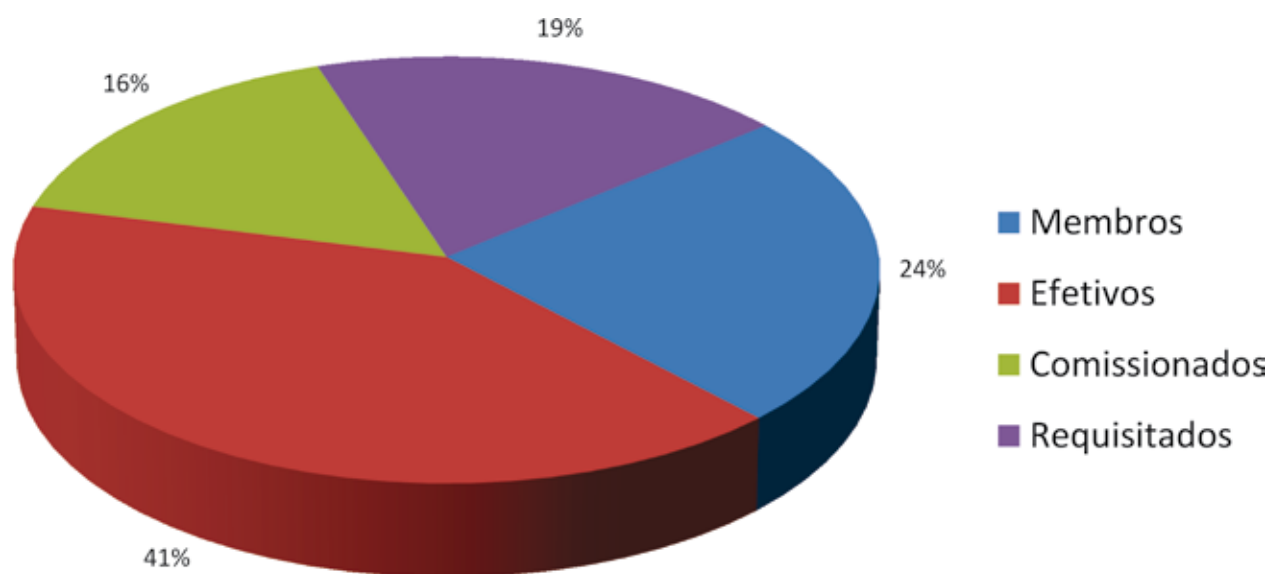


Gráfico 1 - Quadro de Pessoal - 2010

*Alguns dos novos Promotores de Justiça Substitutos*

5

PROGRAMA 0337 - GESTÃO DA CIDADANIA

O PROGRAMA 0337 - GESTÃO DA CIDADANIA tem como objetivo dar condições ao Ministério Público do Estado Maranhão de assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O programa reflete a razão de ser do Ministério Público e representou 91,29% do orçamento autorizado para este órgão. Por entender que suas ações resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade, este programa será o mais detalhado neste relatório.

5.1 Ação 2322: Capacitação de Recursos Humanos

Finalidade: Promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis de graduação e serviços de modo a obter melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade. Resultado alcançado: As atividades de capacitação desenvolvidas promoveram um clima organizacional favorável ao aprimoramento e desenvolvimento de membros e servidores, sendo integradora e multiplicadora de resultados. O investimento em capital humano

influenciou positivamente nos resultados alcançados nas áreas meio e finalística, proporcionando um diferencial na prestação dos serviços à comunidade. A variedade e abrangência da atuação institucional do Ministério Público demandam multiplicidade de conhecimento e diferentes graus de especialização. Assim, com o apoio da Escola Superior do Ministério Público realizou-se 95 atividades com cerca de 1500 participantes, destacando-se:

- » 1 colóquio
- » 19 congressos
- » 41 cursos
- » 12 seminários
- » 11 encontros
- » 2 jornadas
- » 4 palestras
- » 4 simpósios
- » 1 workshop

Esses eventos estão mostrados no gráfico abaixo e detalhados nos quadros que seguem:

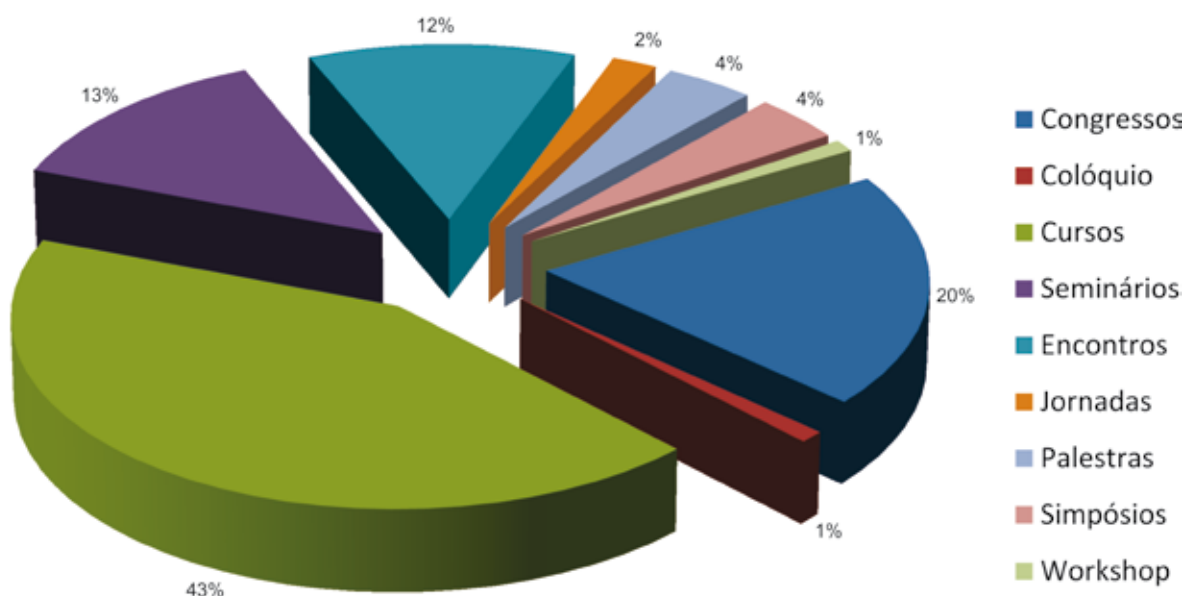


Gráfico 2 – Atividades de Capacitação – 2010



Autoridades componentes da Mesa de Abertura do II Congresso Estadual do MPMA



II Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, de 13 a 14 de dezembro de 2010. Tema: O Ministério Público na proteção jurídica e social da diversidade.

*Ex-Procuradora-Geral de Justiça
Elimar Figueiredo Homenageada
pela Procuradora-Geral de Justiça
Fátima Travassos*



Quadro 1 – Atividades de Capacitação (Congresso) - 2010

EVENTO	DISCRIMINAÇÃO	PÚBLICO ALVO	LOCAL	QUANT.
Colóquio	Colóquio Nacional: O Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes e o Sistema de Justiça Brasileiro	Membros	Brasília-DF	2
Congresso	V Congresso Brasileiro de Pregoeiros	Servidores	Foz do Iguaçu-PR	2
	3º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional	Membros/ Servidores	São Luís-MA	5
	12ª Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal	Membros	Salvador-BA	1
	12º Congresso das Nações Unidas Sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal	Membros	Salvador-BA	1
	X Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente	Membros	Salvador-BA	1
	8º Congresso Internacional de Direito Constitucional	Membros/ Servidores	Natal-RN	2
	XXIII Congresso da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude	Membros	Brasília-DF	2
	III Congresso da ABMP – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude	Membros	Brasília-DF	1
	XII Congresso Luso Brasileiro / Turismo Sênior	Membros	Lisboa-Portugal	1
	X Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor	Membros/ Servidores	Florianópolis-SC	2
	14ª Congresso Internacional de Direito Ambiental	Membros	São Paulo-SP	1
	XXX Congresso Brasileiro de Direito Constitucional	Membros	São Paulo-SP	1
	1º Congresso Internacional de Ouvidores e Ombudman – 13º Congresso Brasileiro de Ouvidores e Ombudman – 6º Seminário Nacional de Ouvidores & Ouvidoria	Membros	Belo Horizonte- MG	1
	I Congresso do Patrimônio Público do Estado de São Paulo	Membros	São Paulo-SP	2
	III Congresso Internacional do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Família	Membros	Maceió-AL	4
	II Congresso Latino-Americano do Ministério Público Ambiental	Membros	Assunção – Paraguai	1
	III Congresso de Ciências Criminais	Membros	Teresina-PI	1
	II Congresso Estadual do Ministério Público	Membros / Servidores	São Luís-MA	124
I Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público	Servidores	Brasília-DF	4	

Quadro 2 – Atividades de Capacitação (Curso) - 2010

EVENTO	DISCRIMINAÇÃO	PÚBLICO ALVO	LOCAL	QUANT.
Curso	Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP	Membros	São Luís-MA	35
	Excelência no Atendimento ao Cidadão	Servidores	São Luís-MA	1
	Internet	Servidores	São Luís-MA	1
	Como Depreciar e Reavaliar o Patrimônio Público	Servidores	Brasília-DF	1
	Relações Interpessoais	Servidores	São Luís-MA	1
	Orçamento Público com Execução Fundamentada na Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual I"	Servidores	Fortaleza-CE	2
	Curso Controle Interno e Externo da Administração	Servidores	São Luís-MA	5
	Curso Software Volare	Servidores	São Luís-MA	1
	Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma integrada na Administração Pública"	Servidores	Brasília-DF	2
	Curso de Atualização em Direito Processual Penal – Ação Penal	Membros/ Servidores	São Luís-MA	102
	Curso de Atualização em Direito Processual Penal – Procedimento no Processo Penal	Membros/ Servidores	São Luís-MA	78
	Hackers Expostos	Servidores	São Luís-MA	2
	Sindicância e Processo Disciplinar	Membros/ Servidores	Belém-PA	3
	Curso de Atualização em Direito Processual Penal – Recursos no Processo Penal	Membros/ Servidores	São Luís-MA	82
	Perícia Computacional I	Servidores	São Luís-MA	2
	Gestão de Materiais na Administração Pública	Servidores	São Luís-MA	2
	Curso de Extensão, atualização em Direito Processual Penal – Provas e a Reforma Processual	Membros/ Servidores	São Luís-MA	73
	Curso de Extensão, atualização em Direito Processual Penal – Sistemas de Investigação Preliminar	Membros/ Servidores	São Luís-MA	52
	Curso de Extensão, atualização em Direito Processual Penal – Tribunal do Juri	Membros/ Servidores	São Luís-MA	46
	Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP - Procedimentos Administrativos e rotina administrativa da Promotoria de Justiça – Questões Práticas	Membros/ Servidores	São Luís-MA	122
Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência para compras e serviços na Administração Pública	Servidores	São Luís-MA	10	

Quadro 3 – Atividades de Capacitação (Cursos) - 2010

EVENTO	DISCRIMINAÇÃO	PÚBLICO ALVO	LOCAL	QUANT.
Curso (cont.)	Curso de Elaboração da Proposta Orçamentária fundamentada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual	Membros	Fortaleza-CE	1
	II Curso de Extensão, Atualização em Direito Processual Civil: Reclassif. Das tutelas jurisdicional e tutela antecipada	Membros/ Servidores	São Luís-MA	54
	II Curso de Extensão, Atualização em Direito Processual Civil: sentença e coisa julgada, processual e de mérito.	Membros/ Servidores	São Luís-MA	47
	Preparação e aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira de Promotor	Membros	São Luís-MA	4
	II Curso de Extensão, Atualização em Direito Processual Civil: Respostas do Réu, contestação, defesa processual e de mérito...	Membros/ Servidores	São Luís-MA	45
	Drogas: Causas, efeitos e inserção social	Membros	São Luís-MA	1
	Gestão de Frota de Veículos – Planejamento, Logística de Manutenção e Custos Operacionais	Servidores	Brasília-DF	2
	Curso de Oficina de Direitos e Deveres do Servidor	Servidores	São Luís-MA	5
	Orçamento de Obras e Cálculo de BDI	Servidores	São Luís-MA	1
	II Curso de Extensão, Atualização em Direito Processual Civil: cumprimento de sentenças	Membros/ Servidores	São Luís-MA	24
	Gestão e Fiscalização de Contratos	Servidores	São Luís-MA	1
	II Curso de Extensão, Atualização em Direito Processual Civil: Pressupostos processuais	Membros/ Servidores	São Luís-MA	21
	II Curso de Extensão, Atualização em Direito Processual Civil: a nova execução de títulos extrajudicial	Membros/ Servidores	São Luís-MA	21
	Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis do Setor Público	Servidores	São Luís-MA	5
	Mapeamento, Modelagem e Melhoria de Processos	Membros/ Servidores	Rio de Janeiro/RJ	3
	Curso PHP Básico	Servidores	São Luís-MA	6
	Curso de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP	Servidores	São Luís-MA	4
	Orçamento de Obras e Cálculo de BDI	Servidores	São Luís-MA	1
	II Curso de Extensão, Atualização em Direito Processual Civil: Recursos Excepcionais	Membros / Servidores	São Luís-MA	13
	Justiça Juvenil Restaurativa	Membros	São Luís-MA	9

Quadro 4 – Atividades de Capacitação (Encontros, jornadas e palestras) - 2010

EVENTO	DISCRIMINAÇÃO	PÚBLICO ALVO	LOCAL	QUANT.
Encontro	Encontro para discussão da reformulação do Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário	Membros	Brasília-DF	1
	URBAN GROUND WATER USE – Policy Issues in a Thisty World (Uso da água no espaço urbano – questões de política em um mundo em crise)	Membros	Barcelona/Espanha	1
	I Encontro Nacional Multidisciplinar de Operadores da Lei Maria da Penha	Membros	Cuiabá-MT	2
	Encontro de Gestão e Ouvidoria	Membros	Brasília-DF	1
	I Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público junto ao Sistema Carcerário	Membros	Brasília-DF	5
	XXIII Encontro Regional de Estudantes de Direito	Servidores	Teresina-PI	1
	1º Encontro dos Promotores de Justiça da Região Sul do Maranhão	Membros	Imperatriz-MA	31
	III Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público	Servidor	Belo Horizonte-MG	4
	X Encontro Nacional dos Promotores do Juri	Membros	Gramado-RS	11
	I Encontro Temático Primeira Infância em Foco: Práticas e Políticas	Membros	São Luís-MA	1
Jornada	III Encontro de Gestores Públicos e o Tribunal de Contas, com o tema: O Controle Externo e a Otimização do Gasto Público	Membros	São Luís-MA	6
	I Jornada de Direito Administrativo	Membros	São Luís-MA	1
Palestra	II Jornada Brasileira de Ciências Cíveis & Criminais	Servidores	São Luís-MA	1
	Gestão do Conhecimento: pessoas, processos e mercado”	Servidores	São Luís-MA	4
	Palestra de Sensibilização – GESPUBLICA	Membros/Servidores	São Luís-MA	45
	Gespública – Estratégias Motivacionais e de Feedback no Setor Público na ótica dos Fundamentos da Excelência	Membros/Servidores	São Luís-MA	5
	Programação Dia Internacional da Mulher no MP	Membros/Servidores	São Luís-MA	50

Quadro 5 – Atividades de Capacitação (Seminários, Simpósios e Workshop) - 2010

EVENTO	DISCRIMINAÇÃO	PÚBLICO ALVO	LOCAL	QUANT.
Seminário	2º Seminário Maranhense de licitações e Contratações Públicas	Servidores	São Luís-MA	12
	Seminário sobre Acessibilidade	Membros	Florianópolis-SC	1
	O Novo Código de Processo Penal (Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009)	Membros	São Paulo-SP	1
	Direito Humano A Alimentação Adequada	Membros	Belo Horizonte-MG	1
	I Seminário Brasileiro de Justiça Juvenil Restaurativa	Membros	São Luís-MA	2
	A criança e o adolescente no foco das políticas públicas	Membros	Belo Horizonte-MG	2
	Seminário Direito e Família no Brasil Contemporâneo	Membros/ Servidores	São Luís-MA	83
	I Seminário Internacional de Proteção a Testemunhas – Proteção aos Réus Colaboradores como Desafio para o Enfrentamento ao Crime Organizado	Membros	São Paulo-SP	1
	Seminário Nacional – Contratação de serviços de Tecnologia da Informação de acordo com a IN 04/2008 a Jurisprudência do TCU	Servidores	São Luís-MA	3
	Seminário Estadual do MP: A atuação funcional sob a ótica do CNMP	Membros	São Luís-MA	84
	Seminário da Rede Primeira Infância no Maranhão	Membros	São Luís-MA	5
	Seminário de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal	Membros	São Luís-MA	12
Simpósio	Ministério Público e a Tutela Coletiva dos Direitos Fundamentais	Membros	São Luís-MA	98
	O Ministério Público e o Controle Externo da Atividade Policial	Membros	Brasília-DF	1
	Simpósio de Meio Ambiente – a matriz energética do Brasil e o desenvolvimento sustentável no século XXI	Membros/ Servidores	São Luís-MA	xxxxx
	II Simpósio Luso-Brasileiro de Direito do Consumidor	Membros/ Servidores	São Luís-MA	2
Workshop	Gespública: Comitê Gestor Interno em Ação	Membros/ Servidores	São Luís-MA	5

5.2 Ação 2963: Direção e Coordenação da Cidadania

Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Resultado alcançado: Os recursos aplicados nesta ação permitiram remunerar a força de trabalho do Ministério Público, dando continuidade às atividades inerentes a cada área, de forma a atender às demandas internas e externas com serviços de melhor qualidade.



a) Eficiência

Foi efetivado, dentro de cada mês trabalhado, o pagamento de vencimentos e vantagens dos membros, servidores e estagiários.

b) Desenvolvimento na Carreira

Membros: 16 promotores de justiça substitutos foram titularizados, 02 obtiveram promoção na carreira galgando o cargo de procurador de justiça e 02 foram promovidos da entrância intermediária para a entrância final.

Servidores: 402 servidores efetivos foram contemplados com progressão e/ou promoção funcional.

c) Assessoramento para as Promotorias da Capital

Em 2010 foi possível dar posse aos assessores técnicos das promotorias de entrância final. Criados em 2004, esses cargos não vinham sendo preenchidos devido às dificuldades orçamentárias do MP. Com esse assessoramento qualificado, a Procuradoria Geral de Justiça proporciona ao promotor de justiça mais condições para desempenhar a sua função, atendendo com maior eficiência aos anseios da sociedade.



Nomeação e posse de Assessores Técnicos para as Promotorias da Capital



Visita ao local de construção da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça



5.3 Ação 3037: Construção da Sede Própria do Ministério Público

Finalidade: Construir, adaptar e aparelhar a sede do Ministério Público maranhense.

Resultado alcançado: Foram executados, seguindo o cronograma da obra, as etapas de desmatamento e limpeza da área, locação da obra, terraple-

nagem, escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria, regularização de sub-leito, serviços técnicos, instalações provisórias, máquinas e equipamentos, dentre outras.

5.4 Ação 3038: Construção, Reforma e Aparelhamento de Unidades do Ministério Público

Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público.

Resultado alcançado: A construção, reforma e aparelhamento das unidades físicas do Ministério Público em todo o Estado do Maranhão vem oferecendo espaços de forma adequada a membros, servidores e ao cidadão que demanda os serviços

desta Instituição.

Os resultados alcançados podem ser verificados através das inúmeras realizações que melhoraram significativamente as unidades prediais: elaborações de projetos, obras de construção e reformas, procedimentos licitatórios, compras e demais atividades visando a melhor aplicação dos recursos.

5.4.1 Elaboração de projetos de engenharia

- Promotorias de Justiça da Capital
- Promotorias de Justiça de Imperatriz

5.4.2 Construção de sedes próprias de Promotorias de Justiça

a) Concluídas e inauguradas:



- Promotorias de Justiça da Comarca de Bom Jardim



Conclusão e inauguração da Promotoria de Justiça de Bom Jardim



- Promotorias de Justiça da Comarca de Matinha



Conclusão e inauguração da Promotoria de Justiça de Matinha

b) Construções em andamento:

- Promotorias de Justiça da Comarca de Presidente Dutra
- Promotorias de Justiça da Comarca de São Mateus do Maranhão
- Promotorias de Justiça da Comarca de Alto Parnaíba

5.4.3 Reformas

a) Reformas concluídas totalmente:

- Procuradoria Geral de Justiça (reforma da cobertura)
- Corregedoria Geral do Ministério Público

b) Reformas concluídas parcialmente:

- Promotorias de Justiça da Comarca de Pinheiro
- Promotorias de Justiça da Comarca de Açailândia
- Memorial do Ministério Público
- Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Franco
- Procuradoria Geral de Justiça

c) Reforma licitada:

- Promotoria de Justiça da Comarca de São José de Ribamar

5.4.4 Projetos elaborados (aguardando licitação)

a) De Construção:

- Promotorias de Justiça da Comarca de Coelho Neto
- Promotorias de Justiça da Comarca de São Bento
- Promotorias de Justiça da Comarca de Pio XII
- Promotorias de Justiça da Comarca de Carutapera
- Promotorias de Justiça da Comarca de Estreito
- Promotorias de Justiça da Comarca de Carolina

b) De Reforma:

- Promotorias de Justiça da Comarca de Vitória do Mearim
- Promotorias de Justiça da Comarca de Santa Inês
- Promotorias de Justiça da Comarca de São Luís Gonzaga
- Promotorias de Justiça da Capital

c) De Reforma – instalações elétrica, lógica e telefonia:

- Promotorias de Justiça da Comarca de Timon
- Promotorias de Justiça da Comarca de Lago da Pedra

5.4.5 Acompanhamento e fiscalização de obras – Vistorias realizadas

a) *Levantamentos de situação física:*

- Promotorias de Justiça de Arari
- Promotorias de Justiça de Bacuri
- Promotorias de Justiça de Bequimão
- Promotorias de Justiça de Buriti Bravo
- Promotorias de Justiça de Cantanhede
- Promotorias de Justiça de Carutapera
- Promotorias de Justiça de Cedral
- Promotorias de Justiça de Colinas
- Promotorias de Justiça de Governador Eugênio Barros
- Promotorias de Justiça de Igarapé Grande
- Promotorias de Justiça de Maracaçumé
- Promotorias de Justiça de Mirinzal
- Promotorias de Justiça de Passagem Franca
- Promotorias de Justiça de Paulo Ramos
- Promotorias de Justiça de Pio XII
- Promotorias de Justiça de Poção de Pedras
- Promotorias de Justiça de Santo Antônio dos Lopes
- Promotorias de Justiça de São Domingos do Maranhão
- Promotorias de Justiça de São João dos Patos

b) *Levantamentos para elaboração de laudo de perícias:*

- Promotorias de Justiça de São Vicente de Ferrer (Perícia em Sistema Simplificado de Abastecimento de Água);
- 1ª Promotoria da Infância e Juventude (laudo sobre rampa em escola);
- 8ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Proibição Administrativa (laudo sobre a obra paralisada do Ginásio Costa Rodrigues);
- Promotorias de Justiça de Buriticupu (vistoria para elaboração de laudo da situação física de quatro escolas municipais de educação básica);
- Promotorias de Justiça de Vargem Grande (vistoria para elaboração de laudo de condições de segurança e execução de escola da rede pública municipal no município de Presidente Vargas).

c) *Levantamentos de situação de instalações elétricas:*

- Promotorias de Justiça de Barão do Grajaú

- Promotorias de Justiça de Carutapera
- Promotorias de Justiça de Caxias
- Promotoria de Justiça de Cândido Mendes
- Promotorias de Justiça de Raposa
- Promotorias de Justiça de Magalhães de Almeida
- Promotorias de Justiça de Paraibano
- Promotorias de Justiça de São Bernardo
- Promotorias de Justiça de Itinerante
- 29ª Promotoria Especializada da Capital
- Promotorias de Justiça de João Lisboa
- Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar
- Promotorias de Justiça de Santa Luzia do Paruá
- Promotorias de Justiça de Turiaçu
- CPD da Procuradoria Geral de Justiça
- Micro-ônibus da Promotoria Itinerante
- Promotorias de Justiça de Imperatriz
- Promotorias de Justiça de Santa Luzia
- Promotorias de Justiça de Passagem Franca
- Promotorias de Justiça de Buriti
- Promotorias de Justiça de São João Batista

d) *Vistorias de obras em execução:*

- Promotorias de Justiça da Comarca de Bom Jardim
- Promotorias de Justiça da Comarca de Matinha
- Promotorias de Justiça da Comarca de Presidente Dutra
- Promotorias de Justiça da Comarca de São Mateus do Maranhão
- Promotorias de Justiça da Comarca de Alto Parnaíba
- Nova Sede da Procuradoria Geral de Justiça
- Procuradoria Geral de Justiça
- Corregedoria Geral do Ministério Público
- Promotorias de Justiça da Comarca de Pinheiro
- Promotorias de Justiça da Comarca de Açailândia
- Memorial do Ministério Público
- Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Franco
- Procuradoria Geral de Justiça (Manutenção predial da PGJ e Promotorias da grande São Luís)
- Procuradoria Geral de Justiça (Recuperação de cobertura, áreas da PGJ e Construção de passarelas)

- Promotoria de Justiça da Comarca de São José de Ribamar
- e) *Vistorias para avaliação de terrenos destinados a construção de promotorias:*
 - Município de Coelho Neto
 - Município de Governador Eugênio Barros
 - Município de Pindaré Mirim
 - Município de Estreito
 - Município de Carolina
 - Município de Vitorino Freire
 - Município de Paço do Lumiar
 - Município de Maracaçumé

5.4.6 Levantamento físico das Promotorias de Justiça

- a) *Promotorias de Justiça que funcionam em prédios próprios:*
- Arari
 - Açailândia
 - Bacabal
 - Balsas
 - Bom Jardim
 - Carolina
 - Caxias
 - Chapadinha
 - Codó
 - Dom Pedro
 - Grajaú
 - Humberto de Campos
 - Icatu
 - Imperatriz
 - Itapecuru Mirim
 - Montes Altos
 - Olho D'água das Cunhãs
 - Paraibano
 - Pedreiras
 - Pinheiro
 - São Bernardo
 - São Domingos do Maranhão
 - São João dos Patos
 - São José de Ribamar
 - São Luís (Procuradoria-Geral de Justiça)
 - São Luís Gonzaga
 - Timon
 - Tutóia
 - Urbano Santos
 - Vargem Grande
 - Viana
 - Vitória do Mearim
 - Turiaçu
 - Guimarães
 - Santa Inês
- b) *Promotorias de Justiça que funcionam em prédios locados:*
- Alcântara
 - Alto Parnaíba
 - Amarante
 - Araióses
 - Arame
 - Bacuri
 - Barão de Grajaú
 - Barra do Corda
 - Barreirinhas
 - Brejo
 - Buriti
 - Buriti Bravo
 - Buriticupu
 - Carutapera
 - Cedral
 - Coelho Neto
 - Cururupu
 - Esperantinópolis
 - Estreito
 - Gov. Eugênio Barros
 - Gov. Nunes Freire
 - Igarapé Grande
 - Imperatriz
 - Itinga
 - Lago da Pedra
 - Maracaçumé
 - Matões
 - Mirinzal
 - Monção
 - Olho D'água das Cunhãs
 - Paço do Lumiar
 - Parnarama
 - Passagem Franca
 - Paulo Ramos
 - Penalva
 - Pindaré-Mirim
 - Pio XII
 - Poção de Pedras
 - Raposa

- Riachão
- Santa Helena
- Santa Luzia
- Santa Quitéria
- São Bento
- São Mateus
- São Raimundo das Mangabeiras
- São Vicente de Ferrer
- Senador la Roque
- Santo Antônio dos Lopes
- Sucupira do Norte
- Tuntum
- Vitorino Freire
- Zé Doca

c) *Outras instalações locadas:*

- Promotorias de Justiça da Capital
- Almoxarifado Central
- ESMP – Escola Superior do Ministério Público

d) *Promotorias de Justiça que funcionam em instalações cedidas:*

- Anajatuba
- Coroatá

- Mirador
- Pastos Bons
- Porto Franco
- São João Batista
- Timbiras

e) *Promotorias de Justiça que funcionam em fórum:*

- Colinas
- Magalhães de Almeida
- Rosário
- Santa Luzia do Paruá

f) *Promotorias da Capital que funcionam em instalações cedidas:*

- 2ª Promotoria da Infância e Juventude
- PJJECA

g) *Outras instalações cedidas:*

- Memorial do Ministério Público

5.4.7 Aparelhamento de unidades

a) *Das Licitações*

A aquisição de bens e execução de obras e serviços foram realizados através de procedimentos

licitatórios em fiel observância à Lei nº 8.666/93.

A tabela a seguir demonstra os procedimentos concluídos integralmente no exercício.

Tabela 7 - Certames Licitatórios Concluídos em 2010

Licitações	Valor Estimado (R\$)	Valor Ofertado (R\$)	Economia (valor absoluto) R\$	Economia (valor relativo) %
Pregão Presencial	11.190.559,58	9.340.560,70	1.849.998,88	16,53
Pregão Eletrônico	3.025.935,00	2.010.753,50	1.015.181,50	33,55
Tomada de Preços	2.005.762,40	1.878.897,60	125.864,80	6,33
Convite	47.470,00	47.470,00	0,00	0,00
TOTAL ¹	16.269.726,98	13.277.681,80	2.992.045,18	18,39

Os dados acima evidenciam que a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de R\$ 2.992.045,18 (dois milhões, novecentos e noventa e dois mil, quarenta e cinco reais e dezoito centavos), o que equivale a 18,39% do valor total que se disponibilizou para as contratações efetivamente concluídas no exercício de 2010.

As licitações realizadas nas modalidades de Pregão (Presencial e Eletrônico), Tomada de Preços, Concorrência e Convite, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, enquadradas nas exceções permitidas em lei, estão ilustradas a seguir:

¹ Este valor não inclui a modalidade Concorrência, pois esta não estava concluída em 31/12/2010.

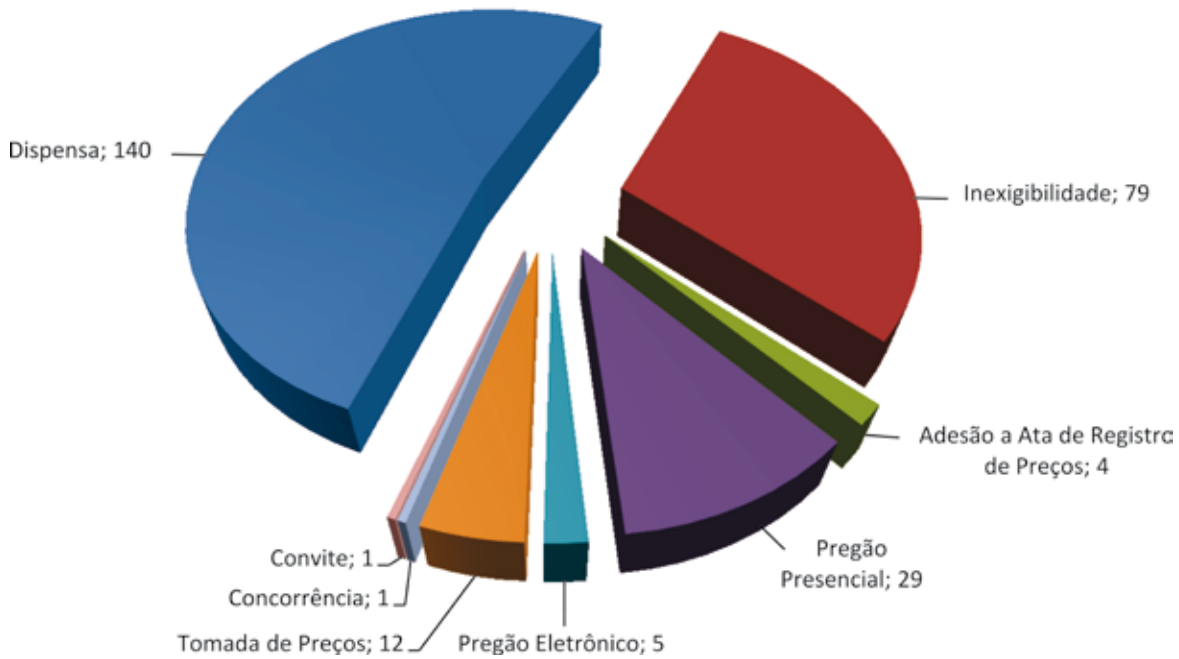


Gráfico 3 – Procedimentos realizados pela Comissão Permanente de Licitação

b) Do Material Permanente Adquirido

Além dos diversos setores da Procuradoria Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça da Capi-

tal, todas as Promotorias de Justiça de entrância intermediária e grande parte das Promotorias de Justiça de entrância inicial foram readequadas com móveis e/ou equipamentos novos.

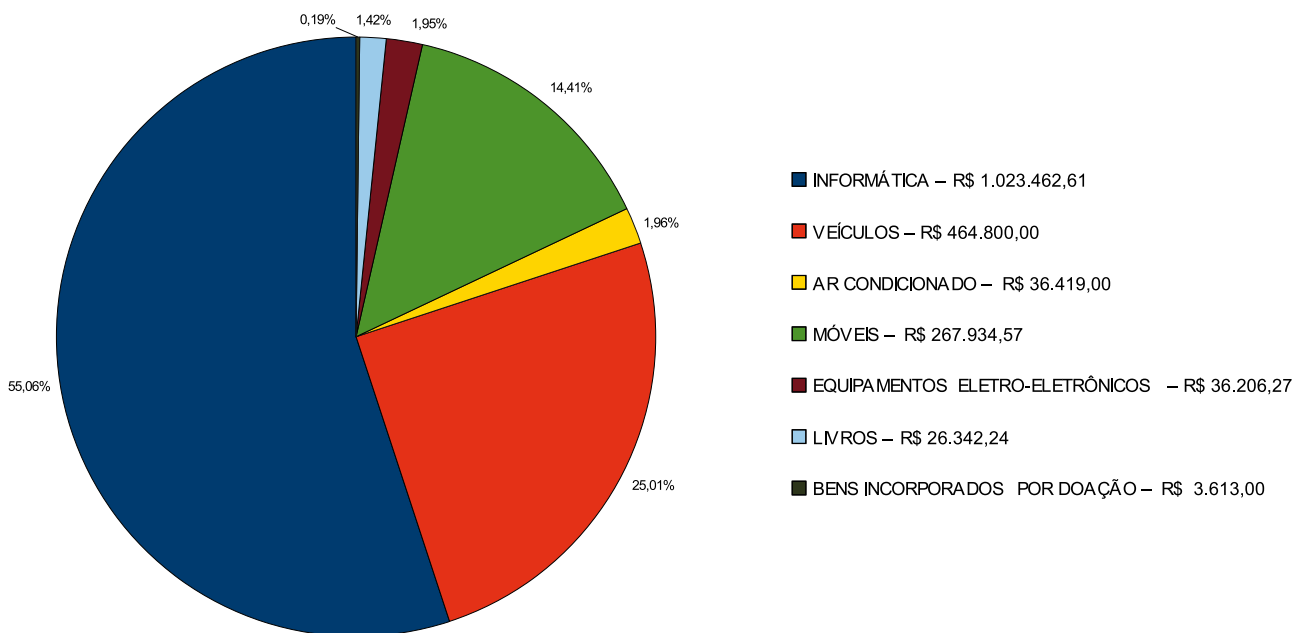


Gráfico 4 – Material Permanente Adquirido em 2010

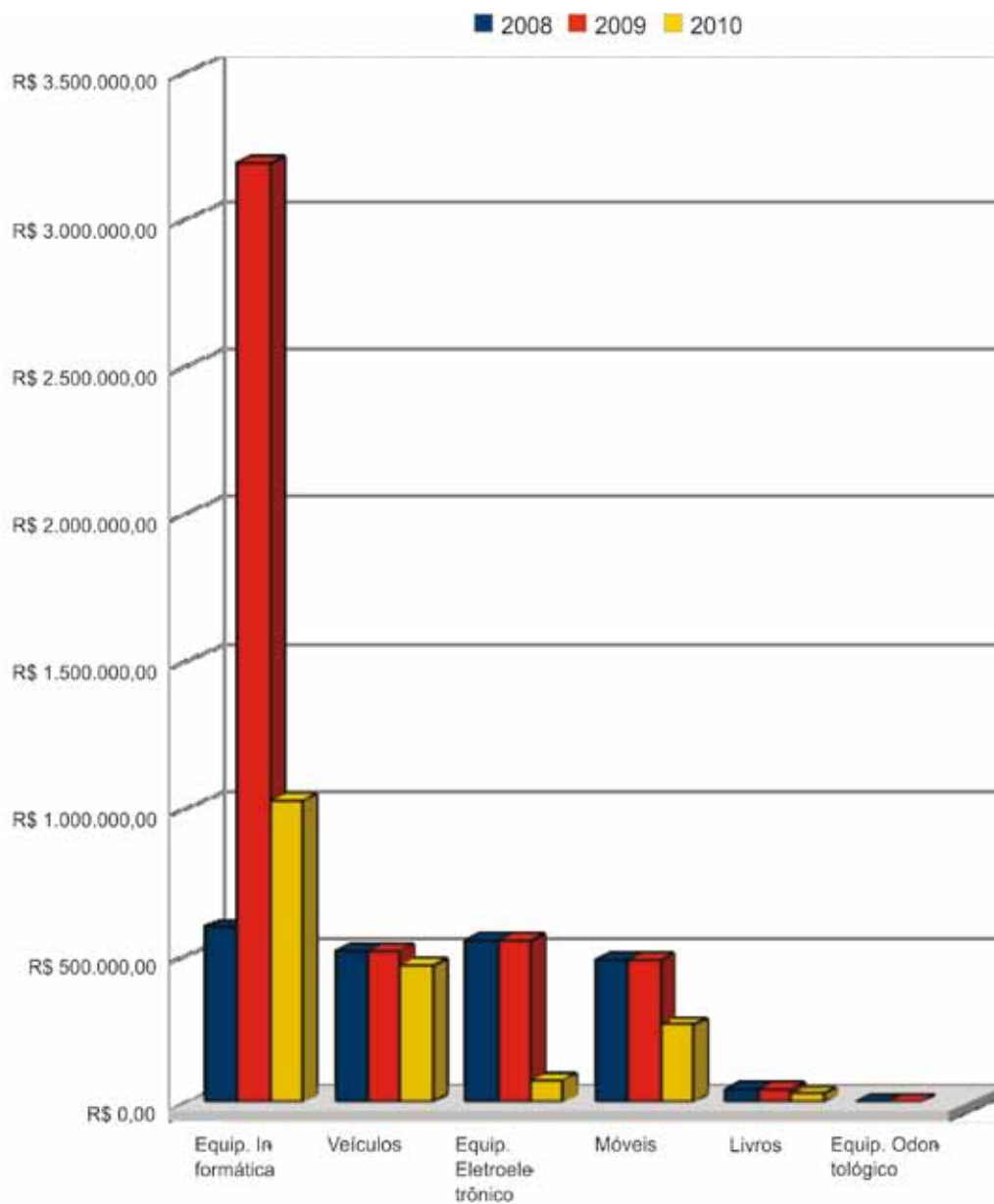


Gráfico 5 – Investimento em Material Permanente - Período (2008 - 2010)



Veículos adquiridos em 2010

5.4.8 Modernização do Parque Tecnológico de Informática

A Procuradoria Geral de Justiça iniciou o ano de 2010 com a aquisição de equipamentos como forma de dar continuidade ao processo de melhoria e rees-

truturação do seu parque computacional.

A tabela, a seguir, mostra a lista dos equipamentos adquiridos.

Tabela 8 – Equipamentos adquiridos

MATERIAL PERMANENTE	QUANTIDADE
ESTABILIZADOR de 1KVA	100
SWITCH DE 8 PORTAS	100
MONITOR LCD DE 17"	139
DESKTOP POSITIVO – CPU'S	139
NOBREAKS DE 800VA	49
NOBREAKS DE 1200VA	50
IMPRESSORA BRAILLE	01
SWITCHES DE GRANDE PORTE	53

a) Sistema de Gestão de Autos – ARQUIMEDES

Foi concluído o projeto de implantação do Sistema de Gestão de Autos - Arquimedes - na Procuradoria Geral de Justiça e nas Promotorias de Justiça da Capital. O projeto foi realizado em 05 etapas: entrega e validação do plano do projeto, apresentação e entrega do código-fonte, testes e transferência de conhecimento do negócio, transferência de tecnologia e implantação do sistema, treinamento e acompanhamento após implantação e entrega do Manual do usuário e documentação de ajuda do sistema.

b) Sistemas informatizados desenvolvidos e/ou aperfeiçoados

A Procuradoria Geral de Justiça, por meio de sua área de Desenvolvimento de Sistemas implementou diversas soluções tecnológicas para as unidades da instituição. Novos sistemas foram desenvolvidos e outros vem sendo continuamente melhorados.

O uso da informática tem sido cada vez maior e dá suporte ao aperfeiçoamento de outras atividades. O quadro seguinte detalha essas soluções, assim como seus objetivos e usuários.

Quadro 6 - Sistemas informatizados desenvolvidos e/ou aperfeiçoados

SISTEMAS	OBJETIVO	USUÁRIO
Atualização de informações da Revista Eletrônica do MP	Atualização do layout do site da revista eletrônica de ciências jurídicas para o ano de 2010	Todas as unidades da PGJ
Expresso Livre	Início das atividades de levantamento de requisitos, configuração e testes de nova ferramenta de e-mail, que contém novas funcionalidades, por se tratar de uma solução completa de comunicação que reúne, além do e-mail, Agenda, Catálogo de Endereços, Workflow e Mensagens Instantâneas em um único ambiente. Trata-se de uma solução totalmente baseada em software livre	Todas as unidades do MPMA
Newsletter – CAO-UMA	Encaminhamento de mensagens de texto do tipo SMS para celulares institucionais objetivando facilitar a troca de informações para Membros e Servidores	CAO-UMA
Novo sistema de consulta e registro de boletim interno eletrônico	Criação do novo sistema de registro e consulta do boletim interno no padrão de desenvolvimento PHP baseado em software livre, facilitando e agilizando as consultas dos documentos internos do MPMA (atos, portarias, atos regulamentares, ordens de serviço etc)	Todas as unidades da PGJ

SISTEMAS	OBJETIVO	USUÁRIO
Página para Cadastro da inscrição dos Membros no Segundo Simpósio do MPMA	Criação e disponibilização na internet de página para registro das inscrições dos Membros do MPMA no 2º Simpósio Estadual o Ministério Público	MPMA
Portal Internet	Inclusão da opção FALE COM A PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA, que compreende o cadastro das perguntas, análise e as respostas, Inclusão do item ACOMPANHENTOS (Judiciário, Legislativo, CNMP, CNJ e CNPG), Modificação no Portal da transparência a fim de gerar os relatórios em PDF e não mais em XLS; Inclusão da Inscrição do Congresso do Ministério Público do Maranhão. Inclusão da pesquisa de processo por assunto, Manutenções em geral; Inclusão de dois itens na opção de serviços para membros (Interceptações Telefônicas e Gestores com contas irregulares), Adaptações no Sistema de requisições de material (Relatórios, Cadastro de Itens, Alteração de Inscrição dos itens), Inclusão do Sistema de Newsletter para o CAO-UMA, Início do Módulo para uso de Almoxarifado de Material Permanente.	Todas as unidades do MPMA
Registro digital de frequência (ponto eletrônico)	Criação de tela para ajuste na escala de batimento na entrada e saída dos servidores com cargos e funções de confiança (8 horas/dia); Desenvolvimento de relatório online de controle e fechamento das frequências mensais dos servidores	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
	Criação de tela para registro de escala de batimento fracionada para que o RG possa adequar os batimentos de acordo com a realidade da Promotoria de Justiça	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
	Ajustes para fins de melhorias no que diz respeito ao cumprimento do Ato Regulamentar 06/2009-GPGJ	Todas as unidades do MPMA
Requisição de Material de Consumo	Implementação de bloqueio para impedir que usuário de uma UORG só faça a requisição de material após recebimento dos materiais anteriormente entregues pela CADM; Criação de relatórios de entrega e recebimento de materiais de consumo	Coordenadoria de Administração
Requisição de Material Permanente	Início da implantação do sistema de requisição de material permanente com a criação de telas para cadastro de notas fiscais, UORGS e tombos	Coordenadoria de Administração
Sistema de Controle Orçamentário - SISCO	Agrupamento das bases de vários exercícios orçamentários (até o momento 2009 e 2010), ao contrário do antigo sistema que criava bancos separados para cada novo ano; Adequação da estrutura do banco de dados para armazenar dados diferentes exercícios em um único banco; Adequação das rotinas de carga dos dados recebidos do SIAFEM; Adequação da aplicação e seus relatórios para exibição de diversos exercícios orçamentários; Carga de dados anual para a abertura do orçamento 2010 (arquivos de exercício orçamentário, notas de empenho, notas de liquidação e ordens bancárias recebidos do SIAFEM; Ajustes na aplicação e no banco de dados para se adequarem as mudanças de layout dos arquivos vindos do SIAFEM; Correção de relatórios.	Coordenadoria de Orçamento e Finanças
Sistema de Adiantamento	Ajustes na parte de relatório e unificação de endereços para todos os tomadores de adiantamento.	Coordenadoria de Orçamento e Finanças

SISTEMAS	OBJETIVO	USUÁRIO
Sistema de antiguidade de Membros	Conclusão do Sistema; Inclusão do controle dos Promotores Substitutos no sistema.	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
Sistema de Auditoria	Melhoria dos relatórios de auditoria dos valores das fichas financeiras com a consolidação e acompanhamento mensal de todas as verbas	Assessoria de Controle Interno e Auditoria
Sistema de contracheque de aposentados	Migração do sistema de carga de contracheque de aposentado do computador de teste para o computador de produção, agilizando o processo de carga.	Coordenadoria de Folha de Pagamento
Sistema de Controle de Estoque	Desenvolvimento do plano de projeto e aquisição do sistema do MP de Goiás visando a colocação em produção antes do prazo proposto; Finalizando a implantação do sistema do MP do Goiás adequando às necessidades do MPMA	Todas as unidades do MPMA
Sistema de Controle Disk 100	Início do desenvolvimento de sistema para controle e gerenciamento das denúncias realizadas através do Disk 100, com a possibilidade de envio automático das informações para todas as promotorias de justiça	CAOp/IJ
Sistema de Controle Patrimonial	Entrega da primeira etapa do sistema de controle patrimonial, com o desenvolvimento dos módulos de: Rotina de Compras, Movimentação dos bens patrimoniais e cadastro de fornecedores, produtos, responsáveis de cada setor, vinculação do bem ao setor e controle de acesso dos usuários no sistema, de acordo com a UORG, além de histórico dos bens patrimoniais.	Coordenadoria de Administração
Sistema de Distribuição de Processos encaminhados para a Assessoria Especial	Correção de busca no sistema para eliminar duplicidade de informação das movimentações processuais	Assessoria/PGJ
Sistema de distribuição de processos internos	Ajuste em todo sistema para permitir a utilização deste pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Assessoria/PGJ	Assessoria/PGJ e Coordenadoria de Gestão de Pessoas
Sistema de Gerenciamento de Contratos – CPL	Criação de módulo para controle das contratações diretas, de forma a garantir maior agilidade no levantamento das informações de saldo disponíveis, fornecedores contratados e materiais adquiridos	Comissão Permanente de Licitação
Sistema de Licitação	Alteração do prazo de alerta para 180 dias e correção no módulo de envio de alertas; Alteração da forma de envio de e-mails para os setores, ajustando-o na forma de recebimento.	Comissão Permanente de Licitação
Sistema de Material Permanente	Foi desenvolvida o módulo de cadastro de materiais permanentes, notas fiscais e movimentação de materiais; Ajustes na parte de cadastros e movimentações.	Todas as unidades do MPMA
Sistema de Processo Administrativo	Criação de nova funcionalidade para verificação e disponibilização de relatório com movimentações realizadas nos processos e o tempo de permanência dos mesmos em cada setor	Todas as unidades da PGJ
Sistema de Requisição de Materiais	Foi desenvolvida a tela de cadastro de material de consumo, cadastro de usuários por setor, ajustes nos relatórios existentes.	Todas as unidades do MPMA
Sistema de Requisição de Material de Consumo	Inclusão e exclusão de usuários no sistema	Todas as unidades do MPMA
Sistemas de Recursos Humanos	Unificação da versão do sistema, incluindo os dados dos Holerites no Sistemas de Recursos Humanos; Alteração no cadastro de servidores para inclusão campos adicionais (tempo de atividade em cada setor, histórico em forma de relatório de todas movimentações do servidor no setor), unificação de sistemas eliminando redundâncias, Ajustes no controle de férias e nos relatórios.	Coordenadoria de Gestão de Pessoas

c) Seção de Suporte e Manutenção

Tabela 9 – Atendimentos realizados - 2010

Período: 01/01/2010 a 31/12/2010		
Total de horas válidas no período: 3591		
Total de chamados fechados no período: 3398		
Resposta em até 30 minutos:	2945 chamados =	86.67%
Resposta em até 60 minutos:	200 chamados =	5.89%
Resposta em mais de 60 minutos:	253 chamados =	7,45%
<hr/>		
Solução em até 4 horas:	2813 chamados =	82.78%
Solução em até 6 horas:	54 chamados =	1.59%
Solução em mais de 6 horas:	531 chamados =	15,63%
<hr/>		
Tempo de Resposta X SLA definidos		
Resposta dentro do SLA:	1822 chamados =	53.62% ●
Resposta até 20% acima do SLA:	82 chamados =	2.41% ●
Resposta acima de 20% do SLA:	1183 chamados =	34.81% ●
Tempo de resposta não definido para o setor:	311 chamados =	9.15% ○
<hr/>		
Tempo de Solução X SLA definidos		
Solução dentro do SLA:	1269 chamados =	37.35% ●
Solução até 20% acima do SLA:	160 chamados =	4.71% ●
Solução acima de 20% do SLA:	1969 chamados =	57.95% ●
Tempo de solução não definido para o problema:	0 chamados =	0% ○
<hr/>		
Tempo de Solução a partir da 1ª resposta		
Solução dentro do SLA:	1690 chamados =	49.74% ●
Solução até 20% acima do SLA:	121 chamados =	4.5% ●
Solução acima de 20% do SLA:	1587 chamados =	46.7% ●
Tempo de solução não definido para o problema:	0 chamados =	0% ○
<hr/>		
Tempo de Solução recalculado		
Solução dentro do SLA:	1302 chamados =	38.32% ●
Solução até 20% acima do SLA:	153 chamados =	4.5% ●
Solução acima de 20% do SLA:	1943 chamados =	57.18% ●
Tempo de solução não definido para o problema:	0 chamados =	0% ○
<hr/>		
Quadro de chamados por tempo em cada status		
STATUS	TEMPO	PERCENTUAL
Em atendimento	838:59:59	90.6241%
Aguardando atendimento	838:59:59	9.3759%
<hr/>		
Quadro de chamados por tempo de dependência de atendimento		
DEPENDÊNCIA	TEMPO	PERCENTUAL
À ÁREA TÉCNICA	838:59:59	100.0000%

d) *Promotorias de Justiça com acesso à Internet*
A Procuradoria Geral de Justiça continuou expandindo e melhorando a forma de acesso das pro-

motorias de justiça à Internet. Ao final de 2010, 111 unidades contavam com o serviço.

Tabela 10 – Quantidade de Promotorias de Justiça com Acesso à Internet

FORMA DE CONEXÃO	Promotorias com acesso à Internet				
	16/06/06	16/06/07	31/03/08	31/12/09	31/12/10
Rádio	12	20	17	0	0
Cabo	7	14	8	0	0
Frame Relay	8	8	1	0	0
Velox	0	10	4	1	1
UNIREMA	0	0	61	107	110
TOTAL	27	52	91	108	111

5.5 Ação 4049: Manutenção da Unidade



Campanha de Vacinação

Finalidade: Esta ação tem por finalidade prover a unidade de recursos destinados à gestão administrativa dos seus programas.

Resultado alcançado: A atuação dos procuradores de justiça, promotores de justiça e servidores foi profícua, como demonstrado ao longo deste relatório, todos com um propósito que vem se incorporando à cultura organizacional: prestar serviços cada vez melhores à sociedade maranhense.

Importante destacar que não só os recursos materiais investidos foram relevantes para o alcance dos resultados, mas os programas dirigidos à saúde dos integrantes do MP revestiram-se de grande importância no período, já que a abstinência ao trabalho por motivo de saúde implica queda na produtividade. Nesse sentido, através da seção de saúde funcional, a Instituição realizou a imunização de membros e servidores contra Gripe A, consultas médicas, atendimentos odontológicos e avaliações admissionais.

5.5.1 Da Atuação dos Promotores de Justiça

Tabela 11 - Matéria penal

INQUÉRITOS POLICIAIS, TERMOS CIRCUNSTANCIADO E NOTÍCIAS CRIMINAIS RECEBIDOS OU INSTAURADOS	
Contra a vida	1912
Administração pública	53
Ordem Tributária	128
Ordem Econômica	12
Tortura	43
Meio ambiente	588
Consumidor	44
Criança e Adolescente	205
Lei Maria da Penha	1553
Entorpecentes	1723
Código de trânsito	1052
Militares	185
Estupro	561
Estelionato	575
Furto	2032
Roubo	1735
Lesão corporal	1266
Porte de Armas	1301
Outros crimes	4632
DESPACHADOS/DEVOLVIDOS	
Contra a vida	1829
Administração pública	47
Ordem Tributária	169
Ordem Econômica	9
Tortura	44
Meio ambiente	553
Consumidor	57
Criança e Adolescente	179
Lei Maria da Penha	1488
Entorpecentes	1643
Código de trânsito	962
Militares	183
Estupro	537
Estelionato	523
Furto	1873
Roubo	1612
Lesão corporal	1195
Porte de Armas	1192
Outros crimes	4426
TRANSAÇÕES PENAIS EFETIVADAS	
Contra a vida	24
Administração pública	1
Ordem Tributária	0

Tortura	0
Meio ambiente	56
Consumidor	1
Criança e Adolescente	5
Lei Maria da Penha	19
Entorpecentes	25
Código de trânsito	43
Militares	0
Estupro	30
Estelionato	6
Furto	45
Roubo	29
Lesão corporal	78
Porte de Armas	11
Outros crimes	132
DENÚNCIAS OFERECIDAS	
Contra a vida	1080
Administração pública	27
Ordem Tributária	9
Ordem Econômica	1
Tortura	12
Meio ambiente	112
Consumidor	22
Criança e Adolescente	102
Lei Maria da Penha	1045
Entorpecentes	1179
Código de trânsito	515
Militares	38
Estupro	381
Estelionato	269
Furto	1447
Roubo	1449
Lesão corporal	660
Porte de Armas	985
Outros crimes	1446
BAIXADOS PARA DILIGÊNCIAS	
Contra a vida	697
Administração pública	13
Ordem Tributária	41
Ordem Econômica	1
Tortura	21
Meio ambiente	119
Consumidor	12
Criança e Adolescente	45
Lei Maria da Penha	352
Entorpecentes	193
Código de trânsito	239
Militares	62
Estupro	141

Estelionato	243
Furto	416
Roubo	312
Lesão corporal	347
Porte de Armas	304
Outros crimes	1460
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	
Por prescrição	678
Por decadência	83
Por outras causas	416
PROCESSOS CRIMINAIS NO 1º GRAU RECEBIDOS	
Contra a vida	2645
Administração pública	92
Ordem Tributária	127
Tortura	29
Meio ambiente	157
Consumidor	14
Criança e Adolescente	243
Lei Maria da Penha	1041
Entorpecentes	3161
Código de trânsito	482
Militares	133
Estupro	634
Estelionato	322
Furto	2033
Roubo	2969
Lesão corporal	1009
Porte de Armas	1372
Outros crimes	4901
DESPACHADOS	
Contra a vida	2538
Administração pública	86
Ordem Tributária	134
Tortura	25
Meio ambiente	161
Consumidor	110
Criança e Adolescente	198
Lei Maria da Penha	1015
Entorpecentes	3132
Código de trânsito	458
Militares	133
Estupro	625
Estelionato	319
Furto	2034
Roubo	2810
Lesão corporal	986
Porte de Armas	1301
Outros crimes	4738

SUSPENSÕES CONDICIONAIS DO PROCESSO	
Contra a vida	25
Administração pública	4
Ordem Tributária	10
Tortura	0
Meio ambiente	1
Consumidor	0
Criança e Adolescente	0
Lei Maria da Penha	25
Entorpecentes	10
Código de trânsito	20
Militares	1
Estupro	5
Estelionato	9
Furto	91
Roubo	21
Lesão corporal	32
Porte de Armas	19
Outros crimes	119
ALEGAÇÕES FINAIS	
Contra a vida	765
Administração pública	19
Ordem Tributária	1
Tortura	9
Meio ambiente	10
Consumidor	2
Criança e Adolescente	68
Lei Maria da Penha	275
Entorpecentes	479
Código de trânsito	116
Militares	1
Estupro	237
Estelionato	74
Furto	612
Roubo	866
Lesão corporal	271
Porte de Armas	558
Outros crimes	778
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	
Pela prescrição	679
Pela decadência	83
Por outras causas	416
PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
Instaurados	366
Concluídos	303
Andamento	6522

JULGAMENTOS DE 1º GRAU CONDENAÇÃO CONFORME PEDIDO	
Contra a vida	14
Administração pública	3
Ordem Tributária	0
Ordem Econômica	0
Tortura	2
Meio ambiente	2
Consumidor	0
Criança e Adolescente	0
Lei Maria da Penha	86
Entorpecentes	181
Código de trânsito	13
Militares	0
Estupro	27
Estelionato	28
Furto	116
Roubo	310
Lesão corporal	34
Porte de Armas	106
Outros crimes	135
CONDENAÇÃO, EM ATENDIMENTO PARCIAL AO PEDIDO	
Contra a vida	16
Administração pública	0
Ordem Tributária	0
Ordem Econômica	0
Tortura	1
Meio ambiente	0
Consumidor	0
Criança e Adolescente	0
Lei Maria da Penha	3
Entorpecentes	39
Código de trânsito	1
Militares	0
Estupro	5
Estelionato	0
Furto	35
Roubo	37
Lesão corporal	4
Porte de Armas	9
Outros crimes	25
ABSOLVIÇÃO CONTRÁRIA AO PEDIDO	
Contra a vida	16
Administração pública	6
Ordem Tributária	1
Ordem Econômica	0
Tortura	0
Meio ambiente	0
Consumidor	0

Criança e Adolescente	1
Lei Maria da Penha	11
Entorpecentes	32
Código de trânsito	24
Militares	1
Estupro	7
Estelionato	12
Furto	33
Roubo	69
Lesão corporal	11
Porte de Armas	32
Outros crimes	35
ABSOLVIÇÃO DE ACORDO AO PEDIDO	
Contra a vida	29
Administração pública	3
Ordem Tributária	0
Ordem Econômica	0
Tortura	0
Meio ambiente	0
Consumidor	0
Criança e Adolescente	0
Lei Maria da Penha	11
Entorpecentes	32
Código de trânsito	24
Militares	1
Estupro	7
Estelionato	12
Furto	33
Roubo	69
Lesão corporal	11
Porte de Armas	32
Outros crimes	35
TRIBUNAL DO JÚRI	
Absoluções requeridas pelo Ministério Público	98
Absoluções Não requeridas pelo Ministério Público	103
Condenações	320
Contra razões do Ministério Público	138
Sessões	422
Libelo	168
Recursos do Ministério Público	141
Outras Manifestações	1281
EXECUÇÃO PENAL	
Autorização de saída	1354
Extinção de pena	492
Incidentes da execução	152
Livramento condicional	671
Penas alternativas	102
Recursos do Ministério Público	37
Progressão de regime de cumprimento de pena	1096
Remissão	282

Sursis	37
Outras Manifestações	37
PARECERES E REQUERIMENTOS	
Habeas-corpus	59
Liberdade provisória	3927
Relaxamento de prisão em flagrante	1677
Prisão preventiva	1647
Prisão temporária	426
Outras manifestações	11836
CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	
Visitas em estabelecimentos prisionais, delegacias e Outros crimes	824
Procedimentos investigativos instaurados	366
Recomendações expedidas	303
Denúncias oferecidas	426
Ações penais julgadas procedentes	80
Ações penais julgadas improcedentes	3
Requerimento de instauração de inquéritos policiais	523
IMPROBIDADE DE AUTORIDADES POLICIAIS	
Representações recebidas	116
Inquéritos civis instaurados	2
Ações civis pública	16
Pedidos procedentes	1
Pedidos improcedentes	0
Perda do cargo	0
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS	
Improbidade administrativa	352
Meio ambiente	43
Saúde	76
Consumidor	27
Patrimônio Público	571
Infância e Juventude	45
Direitos do cidadão	96
Educação	7
Idoso	24
Portadores de deficiência	17
Ordem Tributária	8
Outros crimes	211
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
Improbidade administrativa	18
Meio ambiente	16
Saúde	4
Consumidor	20
Patrimônio Público	20
Infância e Juventude	4
Direitos do cidadão	61
Educação	7
Idoso	6
Portadores de deficiência	3
Ordem Tributária	1

Tabela 12 – Matéria cível

INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS INSTAURADOS	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	682
Meio ambiente	32
Saúde	53
Consumidor	26
Educação	39
Portadores de Necessidades Especiais	139
Idoso	1
Outros	482
ARQUIVADOS SEM AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	188
Meio ambiente	9
Saúde	37
Consumidor	7
Educação	7
Portadores de Necessidades Especiais	3
Idoso	6
Outros	112
ARQUIVADOS COM AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	10
Meio ambiente	11
Saúde	1
Consumidor	0
Educação	0
Portadores de Necessidades Especiais	0
Idoso	1
Outros	215
PROCESSOS CÍVEIS NO 1º GRAU RECEBIDOS	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	828
Meio ambiente	60
Saúde	477
Consumidor	84
Educação	16
Portadores de Necessidades Especiais	52
Idoso	7
Outros	27588
DESPACHADOS COM PRAZO VENCIDO	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	23
Meio ambiente	59
Saúde	0
Consumidor	8
Educação	6
Portadores de Necessidades Especiais	52
Idoso	7
Outros	997

DESPACHADOS SEM PRAZO VENCIDO	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	642
Meio ambiente	2
Saúde	7
Consumidor	72
Educação	16
Portadores de Necessidades Especiais	50
Idoso	7
Outros	23235
JULGAMENTOS DE 1º GRAU PROCEDENTE CONFORME PARECER	
Improbidade administrativa	95
Meio ambiente	0
Saúde	82
Consumidor	2
Outros	2069
PROCEDENTE PARCIAL AO PEDIDO	
Improbidade administrativa	13
Meio ambiente	0
Saúde	5
Consumidor	0
Outros	138
IMPROCEDÊNCIA CONTRÁRIA	
Improbidade administrativa	34
Meio ambiente	0
Saúde	52
Consumidor	40
Outros	154

Tabela 13 – Autuações especializadas

MATÉRIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE ATOS INFRACIONAIS	
Boletins de ocorrência outras notícias recebidas	1515
Boletins arquivados sem concessão de remição	214
Representações de atos oferecidas	1085
Saldo sem prazo vencido	57
Saldo com prazo vencido	51
Visitas e inspeções a unidade de internação	26

REMISSÕES	
Sem Medida Sócio-Educativa	172
Com Medida Sócio-Educativa	271
Advertência	165
Reparação de dano	118
Prestação de serviço	57
Liberdade assistida	27
Homologadas	315
Não homologadas	31
MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS APLICADA	
Internação	74
Semi-liberdade	2
Liberdade assistida	38
Prestação de serviço à comunidade	97
Reparação de danos	107
Advertência	105
PROCESSO DA ÁREA INFRACIONAL	
Recebidos	2016
Despachados	1972
Julgados com representações precedentes	111
Julgados com representação parcial procedentes	5
Julgados com representações improcedentes	9
Pareceres e requerimento	1293
Audiências Judiciais	1477
Audiências Extraordinárias	694
Atendimento ao Público	3124
JUNTO AS TURMAS RECURSAIS PROCESSOS CRIMINAIS	
Recebidos	333
Devolvidos	295
Saldo	71
Manifestações e pareceres	158
PROCESSOS CÍVEIS	
Recebidos	633
Devolvidos	723
Saldo	186
Manifestações e pareceres	403
Sessões	70
Atendimento ao público	359
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL PROCESSOS	
Recebidos	526
Devolvidos	546
Saldo	73
Audiências	591
Pareceres	452
Atendimento ao Público	1577

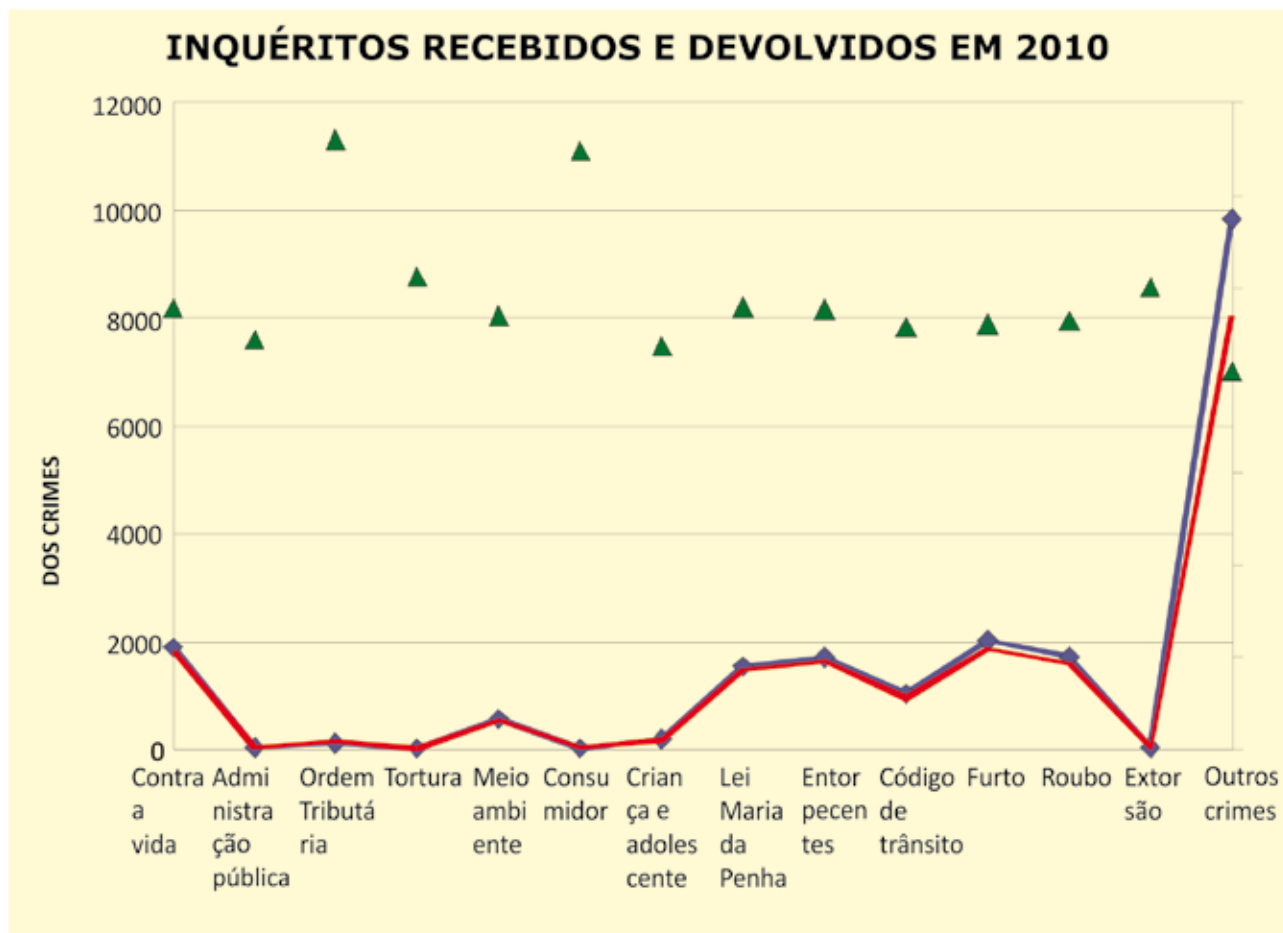


Gráfico 5 – Inquéritos recebidos e devolvidos – 2010

Tabela 14 – Inquéritos recebidos e devolvidos – 2010

	Inquéritos Recebidos	Inquéritos Devolvidos	Eficiência
Contra a vida	1912	1829	95,66%
Administração pública	53	47	88,68%
Ordem Tributária	128	169	132,03%
Tortura	43	44	102,33%
Meio ambiente	588	553	94,05%
Consumidor	44	57	129,55%
Criança e adolescente	205	179	87,32%
Lei Maria da Penha	1553	1488	95,81%
Entorpecentes	1723	1643	95,36%
Código de trânsito	1052	962	91,44%
Furto	2032	1873	92,18%
Roubo	1735	1612	92,91%
Extorsão	50	50	100,00%
Outros crimes	9849	8065	81,89%

PROCESSOS CRIMINAIS RECEBIDOS E DEVOLVIDOS EM 2010

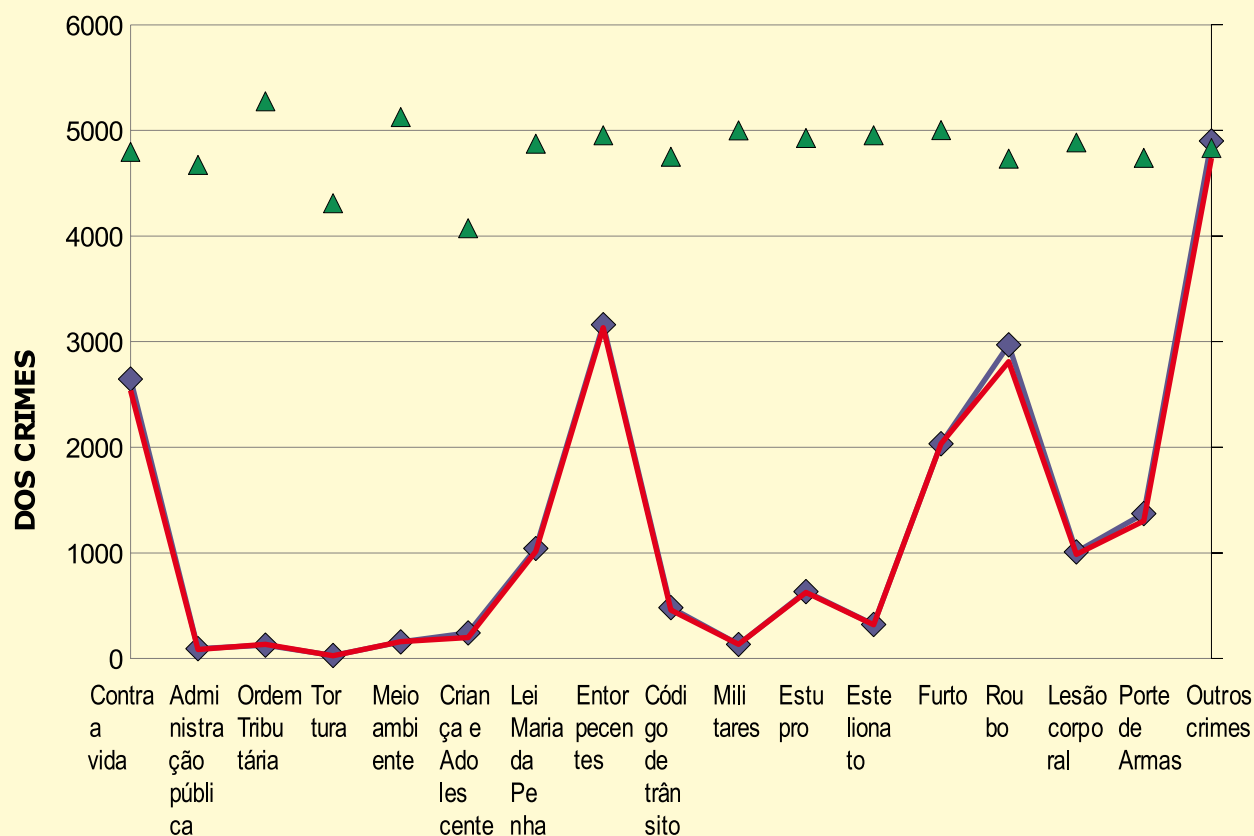


Gráfico 6 – Processos criminais recebidos e devolvidos - 2010

Tabela 15 – Processos criminais recebidos e devolvidos - 2010

	Processos Recebidos	Processos Devolvidos	Eficiência
Contra a vida	2645	2538	95,95%
Administração pública	92	86	93,48%
Ordem Tributária	127	134	105,51%
Tortura	29	25	86,21%
Meio ambiente	157	161	102,55%
Criança e Adolescente	243	198	81,48%
Lei Maria da Penha	1041	1015	97,50%
Entorpecentes	3161	3132	99,08%
Código de trânsito	482	458	95,02%
Militares	133	133	100,00%
Estupro	634	625	98,58%
Estelionato	322	319	99,07%
Furto	2033	2034	100,05%
Roubo	2969	2810	94,64%
Lesão corporal	1009	986	97,72%
Porte de Armas	1372	1301	94,83%
Outros crimes	4901	4738	96,67%

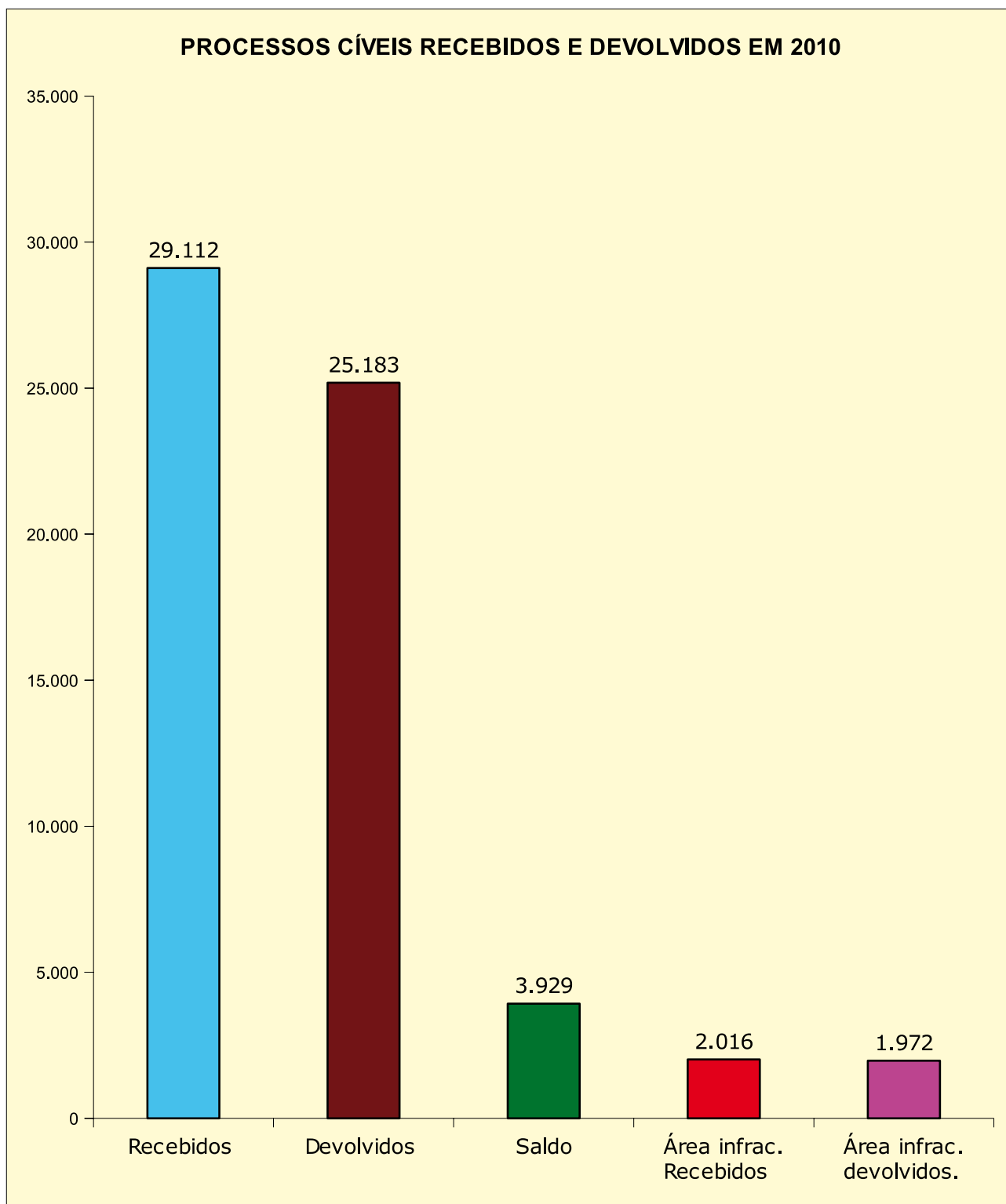
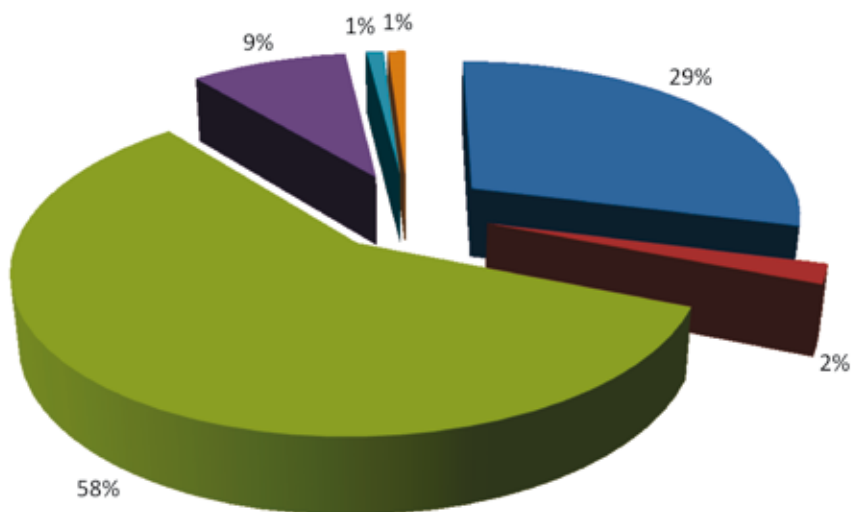


Gráfico 7 – Processos cíveis recebidos e devolvidos - 2010

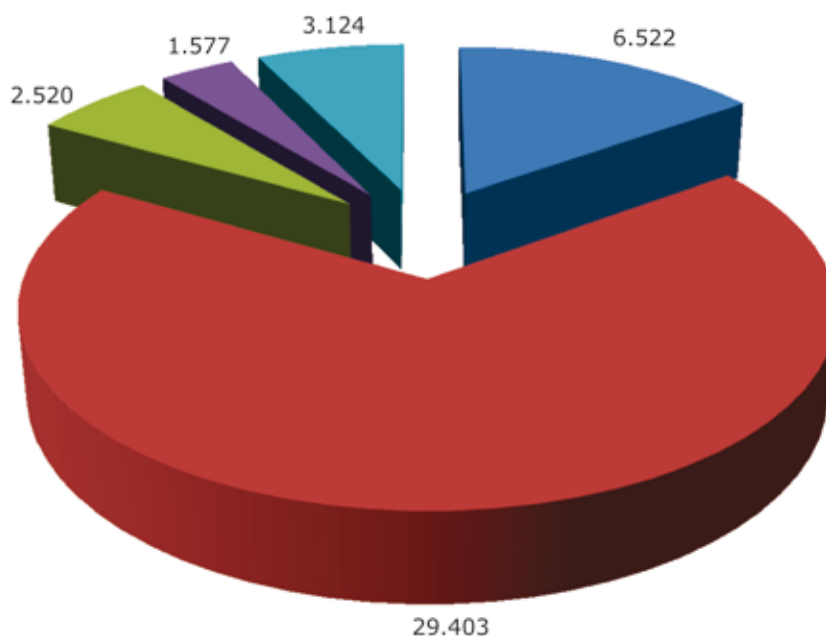
AUDIÊNCIAS REALIZADAS EM 2010



■ Judiciais Criminais ■ Extrajudiciais Criminais ■ Judiciais Cível ■ Extrajudiciais Cível ■ Juizado Especial Cível ■ Públicas

Gráfico 8 – Audiências realizadas - 2010

ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM 2010



■ Criminal ■ Cível ■ Juizado Criminal ■ Juizado Cível ■ Área Infracional

Gráfico 9 – Atendimento ao público - 2010

5.5.1.1 Promotorias Itinerantes

No ano de 2010, as Promotorias Itinerantes instalaram-se no Angelim e adjacências, a pedido da Associação Cristo Rei (Renovação Carismática Católica) e da Associação dos Moradores do bairro, onde buscou garantir a resolução e/ou encaminhamento das questões levantadas em audiência pública pelas comunidades da região, bem como durante os atendimentos individuais.

Vale registrar que esta foi a primeira vez que se utilizou a Unidade Móvel, marcando assim o início de uma nova etapa nos trabalhos da Promotoria Comunitária, que passou a ter uma estrutura própria, permitindo maior agilidade no atendimento às diversas comunidades de São Luís, sem paralisação de suas atividades entre uma instalação e outra, como outrora acontecia, vez que pelo modelo anterior de trabalho havia a necessidade de se realizar obras de

adaptação dos espaços cedidos pela comunidade, o que chegava a durar meses, por causa da necessidade de licitação dos serviços. Com a Unidade Móvel foi possível sair de um local e fazer nova instalação imediatamente.

Com base na audiência Pública e em razão do curto espaço de tempo de permanência na região, a Promotoria Itinerante priorizou os problemas, cujas soluções seriam de maior relevância para as comunidades, de acordo com as suas lideranças, deficiências no sistema de transporte coletivo; deficiências na segurança pública; e precariedade na infraestrutura de ruas.

A audiência pública de instalação ocorreu no dia 20 de setembro de 2010 e a audiência pública de encerramento das atividades foi realizada em 11 de janeiro de 2011.



Promotor Vicente Martins - Titular das Promotorias de Justiça Itinerantes da Capital



5.5.2 Da atuação processual da Procuradora-Geral e dos Procuradores de Justiça

Tabela 16 - Procuradora-Geral de Justiça (Tribunal Pleno)

MÊS	RECEBIDOS POR MÊS
JANEIRO	26
FEVEREIRO	27
MARÇO	45
ABRIL	56
MAIO	71
JUNHO	158
JULHO	120
AGOSTO	70
SETEMBRO	46
OUTUBRO	45
NOVEMBRO	33
DEZEMBRO	128
TOTAL	825
PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS
825	801

Tabela 17 – Movimentação processual - Recesso Natalino

PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS
61	53

Tabela 18 - Movimentação processual geral

PROCURADORIAS CÍVEIS, PROCURADORIAS CRIMINAIS, RECESSO NATALINO E PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA		
RECEBIDOS	DEVOLVIDOS	SALDO
13106	12924	182

Tabela 19 - Atividades administrativas do Gabinete da Procuradora-Geral em 2010

Item	Especificação	Total
1	Processos Administrativos/movimentação	15.532
2	Ofícios Expedidos (Procuradora-geral)	1.211
3	Ofícios Expedidos (Gabinete)	381
4	Memorandos Expedidos	329
5	Ofícios Circulares	51
TOTAL		17.504

Tabela 20 - Atos da Procuradora-Geral de Justiça no período de janeiro a dezembro/2010

Especificação	Quant.
Nomeação Carreira Inicial Membros Ministério Público	23
Exoneração de Membros	3
Titularidade de Promotores Substitutos	16
Exoneração Função Membros Ministério Público	3
Nomeação Função Membros Ministério Público	7
Promoção de Membros	4
Nomeação Servidores Cargos Comissionados	168
Exoneração de Servidores Cargos Comissionados	89
Nomeação de Servidores Cargos Efetivos	40
Exoneração de Servidores Cargos Efetivos	33
Remoção de Membros Ministério Público	24
Remoção de Servidores	26
Progressão Funcional Servidores (Contemplados 402)	132
Homologação Estágio Probatório Servidores	7
Aposentadoria	4
TOTAL	579

Tabela 21 - Processos movimentados do Gabinete/PGJ para os setores da PGJ

Setores	Quant.
ASSESSORIA/PGJ	3.046
ASSESSORIA TÉCNICA	34
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	11
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	169
SEÇÃO DE ARQUIVO	566
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA	25
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	98
CHEFIA DE CERIMONIAL	9
CAO-UMA	3
CAOp/IJ	18
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA	9
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1.016
COORDENADORIA SERVIÇOS GERAIS	315
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	237
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO	15
COORDENADORIA DE PROCESSOS	6
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	120
COMISSÃO DE CONCURSO	2
COORDENADORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO	175
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	6.445
COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13
DIRETORIA GERAL	2.095
DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DA CAPITAL	3
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	6
GECOC	87
OUVIDORIA	5

PERÍCIA MÉDICA DO ESTADO MA	1
SEÇÃO DE PROTOCOLO	253
PROCURADORES DE JUSTIÇA	1
SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	55
SUBPROCURADOR-GERAL P/ ASSUNTOS JURÍDICOS	89
SUBPROCURADOR-GERAL P/ ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	103
SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	258
SEÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL	235
SEÇÃO DE ENGENHARIA	9
TOTAL DE PROCESSOS ENCAMINHADOS	15.532

5.5.3 Da Atuação da Assessoria da Procuradora-Geral de Justiça

Tabela 22 – Atuação da Assessoria da Procuradora-Geral de Justiça

I – ASSESSORIA CÍVEL E ADMINISTRATIVA	
a) Manifestações em Processos Judiciais	
1. Mandado de Segurança	207
2. Execução de Sentença	4
3. Conflito de Competência	5
4. Exceção de Suspeição ou Impedimento oposta a Desembargador ou ao Procurador-Geral de Justiça	3
5. Ação Rescisória	8
6. Reclamação ajuizada para preservar a competência do TJ/MA e a garantia de suas decisões	2
7. Precatório	406
8. Suspensão de Liminar	2
9. Sindicância	3
10. Recurso Especial	2
11. Recurso Extraordinário	4
12. Agravo Regimental	3
13. Ação Ordinária	3
14. Ação Declaratória	1
15. Reclamação Cível	8
16. Ação Cautelar	3
17. Embargos de Declaração	13
18. Embargos à Execução	61
19. Informações em Mandado de Segurança	15
Subtotal	753
b) Manifestações em Processos Administrativos	
1. Matéria Administrativa Interna	818
2. Conflito de Atribuições medida por membro do Ministério Público	
3. Procedimento Administrativo Disciplinar	11
Subtotal	829

c) Interposições	
1. Recurso Extraordinário	2
2. Recurso Especial	4
3. Embargos de Declaração	1
4. Agravo de Instrumento	2
5. Agravo Regimental	1
Subtotal	10
d) Total de Processos Judiciais	763
e) Total de Processos Administrativos	829
II – ASSESSORIA CRIMINAL	
a) Manifestações em Processos Judiciais	
1. Inquérito	32
2. Denúncia	
3. <i>Habeas Corpus</i>	18
4. Representação	4
5. Recurso Especial	
6. Termo Circunstanciado de Ocorrência	6
7. Auto de Prisão em Flagrante	
8. Incidente de Inconstitucionalidade	
9. Queixa Crime	9
10. Incidente de Uniformização de jurisprudência	
Subtotal	69
b) Manifestações em Processos Administrativos	
1. Notícia-crime	3
2. Representação	302
3. Peças de Informação	12
Subtotal	317
c) Interposições	
1. Recurso Especial	
2. Recurso Extraordinário	
3. Embargos de Declaração	
4. Agravo de Instrumento	
5. Agravo Regimental	
6. Reclamação	
Subtotal	
d) Total de Processos Judiciais	69
e) Total de Processos Administrativos	317
III – ASSESSORIA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
a) Proposituras	
1. Ação Direta de Inconstitucionalidade	3
2. Agravo Regimental	
3. Recurso Extraordinário	
Subtotal	3

b) Manifestações em Processos Judiciais	
1. Ação Direta de Inconstitucionalidade	17
2. Reclamação Constitucional	
Subtotal	17
c) Manifestações em Processos Administrativos	
1. Assuntos de natureza inconstitucional	601
2. Assessoramento na elaboração de atos normativos	9
3. Representação ao Procurador-Geral da República sobre inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, em face da CF	
Subtotal	610
d) Total de Processos Judiciais	20
e) Total de Processos Administrativos	610
IV – ASSESSORIA DE COMBATE A ATOS ILÍCITOS PRATICADOS POR PESSOA QUE GOZE DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (ACAI)	
a) Proposituras	
1. Denúncia	51
2. Representação para fins de intervenção do Estado no Município	51
Subtotal	102
b) Manifestações em Processos Judiciais	
1. Inquérito	
2. Representação para fins de intervenção do Estado no Município	10
3. Denúncia	10
4. Ação Penal	15
5. Ação Civil Pública pela prática de ato de improbidade	2
Subtotal	37
c) Manifestações em Processos Administrativos	
1. Representação contra pessoa detentora de foro por prerrogativa de função	992
2. Promoção de Arquivamento	82
Subtotal	1074
d) Total de Processos Judiciais	139
e) Total de Processos Administrativos	1074
V – MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS EM 2010	
OBS: Saldo remanescente do exercício de 2009	500
a) Judiciais	
1) recebidos	713
2) devolvidos ²	991

² Saldo positivo de 278 Processos Judiciais

b) Administrativos	
1) recebidos + remanescente(500)	3310
2) devolvidos ³	3616
c) Total	
1) recebidos	4023
2) devolvidos	4067
Diferença	
VI – SALDO DE PROCESSOS NA ASSESSORIA EM 31/12/2010	
a) Judiciais	13
b) Administrativos	443
Subtotal	456
c) Aguardando Diligências	13
Total	469

5.5.4 Da atuação do Conselho Superior

Tabela 23 – Atuação do Conselho Superior

Sessões Realizadas (Ordinárias e Extraordinárias)	17	
Editais	11	
Resoluções Editadas	1	
Recomendações	2	
Promoções	Procuradores de Justiça	2
	Entrância Final	2
Remoções	Pedido	3
	Permuta	7
TOTAL	17	
Processos Conhecidos e Julgados	870	
Processos Pendentes de Homologação	83	
TOTAL	953	

³ Saldo positivo de 306 Processo Administrativos

Tabela 24 – Atuação do Conselho Superior

CONSELHEIROS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS CONHECIDOS E JULGADOS		PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO
		Homologados	Convertidos em Diligência	
Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira	96	92	4	0
Dra. Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	158	126	32	0
Dra. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira	90	21	12	57
Dr. Suvamy Vivekananda Meireles	141	115	0	26
Dr. José Argôlo Ferrão Coêlho	161	160	1	0
Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	151	146	5	0
Dra. Selene Coelho de Lacerda	156	146	10	0
TOTAL	953	806	64	83
PROCESSOS RECEBIDOS E CONHECIDOS				
Ajuizamento de Ação Civil Pública				148
Instauração de Inquérito Civil				94
Termo de Ajustamento de Conduta				65
Instauração de Procedimento Administrativo				150
Recomendações				31
Outros (Comunicações, Relatórios e Autorização de afastamento)				138
TOTAL				626
Processo Administrativo Disciplinar (Licença de 24 meses)				1
RESUMO GERAL				
Processos Conhecidos e Julgados				870
Processos recebidos e conhecidos				626
Processos Pendentes de Homologação				83
Promoções, Remoções, Resolução e Recomendação				17
TOTAL				1596

5.5.5 Da atuação do Colégio de Procuradores de Justiça

Tabela 25 – Atuação do Colégio de Procuradores de Justiça

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE
Sessões Realizadas em 2010		18
Resoluções Aprovadas		12
Processos	Conhecidos e Julgados	49
	Tramitando	10
TOTAL		59
Sindicância	Recurso (Julgado)	1
	Recurso (Tramitando)	1
Processo Administrativo Disciplinar (Recurso)		1
TOTAL		3

5.5.6 Da atuação da Corregedoria Geral do Ministério Público

Tabela 26 – Atuação da Corregedoria Geral do Ministério Público

SETORES	ATIVIDADES	TOTAL
Corregedoria e Subcorregedoria	Correições e Visitas de Inspeção de 1.ª instância	69
Corregedoria e Subcorregedoria	Correições de 2.ª instância	05
Assessoria	Audiências	25
Assessoria	Notificações	40
Assessoria	Pareceres da Assessoria	1545
Assessoria	Processos de Investigação Preliminar	57
Assessoria	Processos Administrativos Disciplinares	00
Assessoria	Sindicâncias	08
Assessoria	Estágio Probatório	38
Assessoria	Atos de Recomendações	01
Assessoria	Provimentos	06
Gabinete	Comunicação Interna	29
Gabinete	Ofícios Recebidos	1550
Gabinete	Ofícios Expedidos	818
Gabinete	Ofícios Circulares	26
Gabinete	Processos Administrativos Despachados	5095
Gabinete	Atendimento Via Telefone (média)	9200
Estatística	Mapas de Produtividade	3880
Estatística	Relatório de Promoção e Remoção	285

5.5.7 Da atuação da Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Destaca-se a atuação da Subprocuradoria na análise e acompanhamento das concessões de adiantamento disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento, além do controle das contas telefônicas da Instituição, em parceria com a Diretoria Geral desta Procuradoria.

Além de tais atribuições, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos realiza a coleta e envio de informações ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, no que tange à estrutura administrativa e tecnológica do MPMA, sua execução orçamentária e comprometimentos quadrimestrais com a Lei de Responsabilidade Fis-

cal, que devem ser encaminhados até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano subsequente ao exercício financeiro, em cumprimento à Resolução nº 12/2006, do CNMP, alterada pela Resolução nº 32/2008, também do CNMP.

Em números, as atividades desta Subprocuradoria podem ser resumidas em: 291 (duzentos e noventa e um) ofícios expedidos, 62 (sessenta e dois) memorandos expedidos, 1808 (um mil oitocentos e oito) portarias assinadas, 352 (trezentos e cinquenta e dois) adiantamentos concedidos, e mais de 1070 (um mil e setenta) processos administrativos apreciados pela Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos.

Tabela 27 – Atuação da Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

ATIVIDADES	2010
OFÍCIOS EXPEDIDOS	291
MEMORANDOS EXPEDIDOS	63
FLUXO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	1070
PORTARIAS ASSINADAS	1808
CONCESSÕES DE ADIANTAMENTO	352
SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	23

Assim, considerando os importantes trabalhos realizados durante o ano de 2010, com o intenso apoio desta Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos à Administração Superior, constata-se a expressiva atuação desta na implementação de ações diversificadas visando a otimização do serviço oferecido à sociedade, por meio da melhoria da estrutura física e pessoal do Ministério Público Maranhense, realizando uma política

de valorização e de qualificação profissional dos membros e servidores da instituição, além de estabelecer e manter um relacionamento cada vez mais aproximado entre o Órgão Ministerial e a sociedade maranhense, consolidando a confiabilidade que faz do Ministério Público do Maranhão um verdadeiro ícone na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

5.5.8 Da atuação da Ouvidoria do Ministério Público

Tabela 28 - Manifestação - Reclamação

Manifestação: RECLAMAÇÃO		
	Contra Membros do MP	Contra Terceiros
Ocorrências	-	79
Memorandos	-	61
E-mails	19	351
Cartas	-	2
Fax	-	16
TOTAL		509

Tabela 29 - Manifestação - Elogio

Manifestação: ELOGIO		
	À Membros do MP	À Ouvidoria
Memorandos	1	1
Via site MPMA	14	19
Cartas	1	1
Pessoalmente	-	40
TOTAL		77

Tabela 30 - Manifestação – Atendimento pelo DISKMP

Manifestação: ATENDIMENTO PELO DISK	
E-mails	188
Telefone 0800	381
Atendimento Pessoal	298
TOTAL	867

Tabela 31- Ações da ouvidoria

Manifestações sigilosas	351
Manifestações identificadas	259
E-mails Responderidos pelo DISK	188
Ofícios expedidos	388

COMO PARTICIPAR

Você poderá entrar em contato com a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão da seguinte forma:

-  Comparecimento Pessoal
-  Correspondência, via postal ou pessoalmente para: Rua Oswaldo Cruz, 1396, Centro, Cep: 65.020-910, São Luís/MA. Fone (98) 3231-3001/3231-2980.
-  Ligação telefônica, através do disque denúncia: 0800-981600; telefone (98) 3219-1738.
-  Mensagem eletrônica, na página oficial do Ministério Público, através do e-mail: ouvidoria@mp.ma.gov.br
-  www.mp.ma.gov.br/ouvidoria

disque denúncia
08000 - 981600

ouvidoria@mp.ma.gov.br
www.mp.ma.gov.br/ouvidoria

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

MANUAL DA **OUVIDORIA**
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Canal de Comunicação Permanente do Ministério Público com a Sociedade

OUVIDORIA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Canal de Comunicação Permanente do Ministério Público com a Sociedade

ELOGIOS - SUGESTÕES - DÚVIDAS - CRÍTICAS - RECLAMAÇÕES - DENÚNCIAS

FALE COM A OUVIDORIA
08000 - 981600
de 2ª a 6ª (8h às 18h.)

OUTROS CONTATOS:
www.mp.ma.gov.br/ouvidoria
ouvidoria@mp.ma.gov.br
Rua Oswaldo Cruz, 1396 - Centro- São Luís - MA

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

MANUAL DA **OUVIDORIA**
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Canal de Comunicação Permanente do Ministério Público com a Sociedade

Material de divulgação da Ouvidoria

5.5.9 Da Atuação dos Centros de Apoio Operacional - CAOps

Dentre as Ações Institucionais, durante o exercício de 2010, vale destacar a atuação dos Centros de Apoio Operacional:

a) *Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural - CAO-UMA*



Promotor Fernando Barreto Júnior – Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural – CAO-UMA

Além do atendimento cotidiano, o CAO-UMA respondeu a 30 (trinta) solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental, foram remetidas 70 (setenta) informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência, além da elaboração do informativo semanal, ainda em fase de consolidação.

Foram elaborados 21 (vinte e um) pareceres técnicos atendendo consultas e solicitações de vistorias

e perícias. Desse total, 11 (onze) foram elaborados para atender Promotorias de Justiça do interior do Estado, dentro dos quais 06 (seis) foram perícias com inspeção in loco, o que demonstra a interiorização das atividades do Centro de Apoio e melhor atuação dos Promotores de Meio Ambiente nas Comarcas do interior do Estado do Maranhão.

Foi atualizada e distribuída a 4ª edição do CD de Legislação Ambiental contendo a legislação federal e estadual, para todos os membros do Ministério Público.

Também foram distribuídas as seguintes publicações:

- Legislação de Patrimônio Cultural (elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN);
- Regularização Fundiária (elaborada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT);
- Lei de Crimes Ambientais atualizada (elaborada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA).

A página virtual do CAO-UMA foi atualizada com a inclusão de novos julgados e legislação, além da atualização do calendário de pesca e inclusão de dois manuais digitais sobre saneamento ambien-



Audiência Pública, em Viana, sobre o plantio irregular de arroz nos lagos da Baixada Maranhense

tal e sobre perícias ambientais e a reedição da Nota Técnica que trata da legislação sobre palmeiras de babaçu.

Foi realizado seminário de nível regional com a Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA tratando dos impactos ambientais da geração de energia no mês de junho de 2010, com a participação de técnicos e de membros do Ministério Público de outros Estados da Federação e apoio do Ministério das Minas e Energia.

Reunião com os novos Promotores de Justiça nomeados, em treinamento promovido pela Escola Superior do Ministério Público em 23 de fevereiro de 2010.

Participação da audiência pública realizada na cidade de Viana em 10 de fevereiro de 2010 para tratar dos conflitos causados pela rizicultura nas margens do lago de Viana.

O Centro de Apoio movimentou 61 (sessenta e um) procedimentos administrativos incluindo os referentes aos pareceres técnicos citados.

Além do estreitamento de atividades com o IBAMA visando melhor subsidiar as ações dos Promotores de Justiça, foram realizadas reuniões técnicas com Promotores de Justiça e técnicos do Centro de Apoio Operacional com as equipes que elaboraram os Estudos e os Relatórios de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da Termoelétrica de Capinzal do Norte e da fábrica de celulose da Suzano em Imperatriz.



Vistoria em Rosário sobre o descarte irregular de resíduos sólidos no meio ambiente

Implantação do serviço de comunicação de licenças ambientais aos Promotores de Justiça, tendo remetido 296 (duzentas e noventa e seis) comunicações de licenças ambientais aos Promotores de Justiça de todo o Estado do Maranhão.

O canal de consultas e denúncias encaminhou 43 (quarenta e três) denúncias de infrações ambientais aos membros do Ministério Público.

Após a implementação das primeiras atividades previstas no Termo de Referência apresentado ao Colégio de Procuradores de Justiça, dando continuidade aos projetos institucionais, buscando compatibilizá-los com o Plano Institucional Estratégico 2008-2011, foram registradas as seguintes ações, iguais às desempenhadas em 2009:



Vistoria sobre ocupação irregular dos campos inundáveis de São Vicente Férrer

Quadro 7 - Proteção do Meio Ambiente e da Cultura

AÇÕES	METAS	PRAZOS	ESTADO DE EXECUÇÃO
• Defender as Áreas de Preservação Permanente, rurais e urbanas (manguezais, campos naturais, nascentes e matas ciliares, mineração, assoreamento).	• Implementados Planos Diretores e leis de zoneamento em 76 municípios.	2008-2011	06 Prefeitos processados por improbidade por descumprimento do art.50 do Estatuto da cidade
	• 60 TACs para a restauração das APPs.	2008-2011	Remetidos aos Promotores ambientais de mais 32 cidades do Estado, Manual de Regularização Urbanística
• Prevenir o corte ilegal de espécies protegidas (babaquais, bacurizeiros e piquizeiros).	• Sugestão de 2 projetos de leis estaduais que tornem essas espécies imunes de corte.	31/12/2008	Acompanhamento de Projeto de Lei que altera o art. 2º da lei Estadual nº 734/86, que trata do corte de babaçu
	• 100% de atendimento à demanda de ações penais contra os responsáveis pelo corte das espécies.	2008-2011	100% das demandas recebidas pelo CAO-UMA encaminhadas às Promotorias respectivas
• Fiscalizar o transporte ilegal de madeira e carvão vegetal.	• 100% de fiscalização do licenciamento das 7 usinas de ferro-gusa existentes no Estado.	2008-2011	Oficiado à SEMA solicitando informações sobre os licenciamentos.
• Proteção ao patrimônio cultural edificado.	• Estimulada a implantação de órgãos municipais de cultura e tombamento nos 20 municípios mais antigos do Estado.	2008-2011	Minuta de lei municipal com a recomendação para o Sistema Municipal de Cultura enviada a todos os Promotores e disponível no site. Enviadas 30 coletâneas de legislação de patrimônio cultural. Lei Municipal de Patrimônio Cultural instituída em Grajaú e Cururupu.
	• 100% de atendimento às demandas de ações penais e civis públicas em defesa do patrimônio cultural.	2008-2011	100% das demandas recebidas pela Ouvidoria e CAO-UMA encaminhadas às Promotorias respectivas.
• Defender os recursos pesqueiros.	• 100% de atendimento às demandas de ações penais por pesca predatória.	2008-2011	100% das demandas recebidas pela Ouvidoria e CAO-UMA encaminhadas às Promotorias respectivas. Atualização do Calendário de Pesca.
• Combate à poluição ambiental (lixo urbano, poluição sonora, lançamento de esgotos em rios).	• Compelidos os 20 maiores municípios a implantarem aterros sanitários.	2008-2011	Efetuada levantamento das condições de funcionamento dos aterros sanitários em 127 (58,5%) dos municípios do Estado
	• 100% de atendimento às demandas de ações penais por poluição sonora.	2008-2011	Elaboração de Manual de Atuação Específico, em substituição ao que consta da página do CAO-UMA.
	• 100% de encaminhamento das demandas de recomendação aos órgãos competentes para a fiscalização dos excessos de ruídos.	2008-2011	100% das demandas recebidas pela Ouvidoria e CAO-UMA encaminhadas às Promotorias respectivas
	• Campanhas de orientação aos cidadãos a promoverem ações individuais relacionadas à perturbação sonora..	2008-2011	Divulgação, pela mídia, do canal de denúncias e consultas do CAO-UMA em sua página, no portal da PGJ
	• 100% de atendimento às demandas de responsabilização civil e criminal por atividades que lancem resíduos não tratados.	2008-2011	100% das demandas recebidas pela Ouvidoria e CAO-UMA encaminhadas às Promotorias respectivas

AÇÕES	METAS	PRAZOS	ESTADO DE EXECUÇÃO
• Assegurar o desenvolvimento de cidades sustentáveis.	• Implementação de planos diretores e leis de zoneamento em 76 municípios.	2008-2011	06 Prefeitos Processados por improbidade administrativa
	• 100% de atendimento à demanda relacionadas a loteamentos irregulares e clandestinos.	2008-2011	100% das demandas recebidas pela Ouvidoria e CAO-UMA encaminhadas às Promotorias respectivas
	• Propostas ações de regularização sustentável nos 20 maiores municípios do Estado.	2008-2011	Remeter aos Promotores ambientais para mais 32 cidades do Estado Manual de Regularização Urbanística

Quadro 8 - Cidadania Ambiental

AÇÕES	METAS	PRAZOS	ESTADO DE EXECUÇÃO
• Exercer controle externo da administração ambiental.	• Capacitados 50 promotores de Justiça para atuar nas questões de improbidade ambiental.	2008-2011	Proposta de curso em parceria com CGJ apresentada
	• Fiscalizada a publicidade de 100% do licenciamento ambiental e dos EIA/RIMA.	2008-2011	100% das demandas recebidas pela Ouvidoria e CAO-UMA encaminhadas às Promotorias respectivas
	• Fiscalizados, pelos menos 2 processos de licenciamento, por amostragem, de até 10 (dez) atividades produtivas, por ano, pela Promotoria do Meio Ambiente da Capital.	2008-2011	Oficiado à SEMA para remessa de 20 processos de licenciamento ambiental.
• Apoiar a criação e funcionamento dos conselhos municipais de meio ambiente.	• Estimulada, através do CAO-UMA, a realização de audiências públicas em 20 municípios.	2008-2011	Elaborado diagnóstico sobre os Sistemas de Meio Ambiente em 110 Municípios e elaborada recomendação, a ser enviada pela PGJ.
	• Estimulada, através do CAO-UMA, a realização de até 04 audiências públicas de avaliação em municípios que possuem conselhos instalados há pelo menos 02 (dois) anos.	2008-2011	Atividade por iniciar

b) Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)



Março:

- Capacitação de conselheiros tutelares e municipais em Cantanhede, reunindo representantes de cerca de 10 conselhos da região do Munim e Baixo Parnaíba, no período de 03 a 05 de março de 2010;
- Capacitação de conselheiros municipais de educação e representantes do sindicato dos profissionais da educação no município de Vargem Grande, sobre Planos Municipais de Educação e Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
- Participação nas reuniões da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, preparatórias do I Seminário Brasileiro de Justiça Juvenil Restaurativa.

Abril:

- Realização de Seminário sobre Orçamento Municipal destinado à Implementação de Políticas Públicas para Criança e Adolescente, em conjunto com Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOP-ProAd) e encaminhamento da Recomendação Nº 01/2010 que trata da destinação de recursos para o segmento infanto-juvenil de forma prioritária, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Participação nas reuniões do grupo de discussão/organização do Seminário de Direito à Educação, em parceria com a Escola de Formação de Governantes, Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Escola Superior do Ministério Público, UNICEF, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Promotoria Especializada no Direito à Educação, OAB-MA, SEDUC, dentre outros.
- Realização de curso de Capacitação dos Novos Promotores de Justiça para o ingresso na carreira sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, na Escola Superior do Ministério Público;
- Reunião com representantes de Fundação Vale e da ONG mineira Oficina de Imagens para implantação do Projeto Novas Alianças no Maranhão e discussão de realização de curso de capacitação dos Promotores de Justiça sobre Orçamento para Crianças e Adolescentes;
- Participação nas reuniões preparatórias da Campanha Maranhão contra a Pedofilia, no gabinete da Deputada Estadual Eliziane Gama;
- Participação no II Simpósio Estadual do Ministério Público, realizado no auditório da PGJ, para discussão do tema “A nova lei de adoção e o Direito à Convivência Familiar”, pelo Promotor de Justiça aposentado de Rondônia, Wilson Donizetti Liberati.

Maio:

- Realização da Semana Maranhense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e da Campanha Maranhão contra a Pedofilia, com produção de material de divulgação (cartaz, folder, camisas, busdoor, spots de rádio) em parceria com o gabinete da Deputada Eliziane e demais integrantes do comitê maranhense de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Mobilização dos Promotores de Justiça para desenvolvimento de atividades nas comarcas (passeatas, audiências públicas, seminários). Período 14 a 30 de maio;
- Capacitação de conselheiros tutelares em Paraibano, nos dias 25 e 26 de maio de 2010;
- Participação nas reuniões do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETIMA).

Junho:

- Participação na realização da Semana Maranhense de Combate ao Trabalho Infantil, com produção de material de divulgação (cartazes, folderes, camisas) em parceria com as organizações integrantes do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETIMA), 09 a 20 de junho.



Abertura do I Seminário Brasileiro de Justiça Juvenil Restaurativa

Julho:

- Apoio na realização do I Seminário Brasileiro de Justiça Juvenil Restaurativa, realizado no período de 7 a 9 de julho, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em parceria com a Fundação Terre dês Hommes (TDH - ONG da suíça), Tribunal de Justiça do Maranhão, UNICEF, Ministério da Justiça, Prefeitura Municipal de São José de Ribamar e demais instituições integrantes da Rede Maranhense de Justiça Juvenil;
- Participação no Seminário Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, realizado no dia 30 de julho no Hotel Ponta D'Areia e promovido pela Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão – FUNAC.

Agosto:

- Realização do Curso Básico sobre Justiça Restaurativa para membros e servidores do Ministério Público, realizado no período de 30 de agosto a 1º de setembro, na Escola Superior do Ministério Público, em parceria com a Fundação Terre des Hommes.

Setembro:

- Participação em Audiência Pública com os candidatos ao Governo do Estado para assinatura de carta compromissos com a infância e ado-

lescência do Maranhão, no dia 15 de setembro, promovida em parceria com o Fórum das Organizações Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, UNICEF, dentre outras;

- Participação no Seminário “A Criança e o Adolescente no Foco das Políticas Públicas”, realizado nos dias 17 e 18 de setembro no município de Lagoa Santa em Minas Gerais, promovido pela ONG mineira Novas Imagens, como parte integrante do Projeto Novas Alianças, desenvolvido por aquela entidade em parceria com a Fundação Vale.

Outubro:

- Participação no 1º Workshop Desvendando o Bullying - Mais Qualidade na Cobertura Jornalística, no dia 19 de outubro, promovido pela ONG Plan International em conjunto com o GT de Combate ao Bullying no Maranhão., como parte do projeto Aprender sem Medo.
- Participação nas reuniões do grupo de discussão/ organização do I Encontro Temático da Primeira Infância, em parceria com a Organização Mundial Para Educação Pré-Escolar - OMEP/Brasil, ONG Plan International, Federação das Escolas Comunitárias do Maranhão - FEDECMA, UNICEF, UNDIME, dentre outros.



Procurador Eduardo Nicolau, ladeado pela Promotora Márcia Maia e pelo professor Roberto Mauro durante abertura do I Encontro Temático da Primeira Infância

- Participação nas reuniões do Grupo de Trabalho de Combate ao Bullying para organização do Seminário Bullying no Ambiente Escolar.

Novembro:

- Participação no curso Círculos de Paz da Justiça Restaurativa, ministrado pela professora e consultora especialista norte-americana, Kay Pranis, nos dias 1º e 03 a 05 de novembro, promovido pela Fondation Terre des Hommes em parceria com a Rede Maranhense de Justiça Juvenil;

- Realização do I Encontro Temático da Primeira Infância: “Direitos da Primeira Infância: uma conquista”, nos dias 17 e 18 de novembro no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com a OMEP, ONG Plan International, Federação das Escolas Comunitárias do Maranhão-FEDECMA, UNICEF, UNDIME, dentre outros;
- Realização do Seminário Bullying no Ambiente Escolar, no dia 25 de novembro no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com a ONG Plan International, Gabinete da Vereadora Rose Sales, Secretaria Municipal de Educação – SEMED, dentre outros.
- Realização do Seminário Regional do Médio Mearim sobre Justiça Juvenil: “O Sistema Socioeducativo e a Rede de Atendimento”, nos dias 29 e 30 de novembro, no município de Bacabal, em parceria com a Fondation Terre des Hommes, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Pastoral do Menor e Prefeitura de Bacabal.



Público presente no evento

Dezembro:

- Participação nas Reuniões de discussão e articulação da Rede Maranhense pela Primeira Infância.
- Realização do Seminário Regional sobre Justiça Juvenil: “O Sistema Socioeducativo e a Rede de Atendimento”, nos dias 16 e 17 de dezembro, no município de Pinheiro, em parceria com a Fondation Terre des Hommes, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Pastoral do Menor.

c) Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOP-ProAd)

Tabela 32 - Atividade de fiscalização de convênios firmados pela Administração Pública

Fiscalização de Convênios	Quantidade
1º Bimestre / 2010	
Convênios requisitados	229
Convênios enviados para os Promotores	90
2º Bimestre / 2010	
Convênios requisitados	152
Convênios enviados para os Promotores	63
3º Bimestre / 2010	
Convênios requisitados	1073
Convênios enviados para os Promotores	87
4º Bimestre / 2010	
Convênios requisitados	26
Convênios enviados para os Promotores	72
5º Bimestre / 2010	
Convênios requisitados	36
Convênios enviados para os Promotores	173
6º Bimestre / 2010	
Convênios requisitados	21
Convênios enviados para os Promotores	318

Tabela 33 - Atividade de Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas – TCE

Controle de Execução de Acórdãos do TCE	Quantidade
Cálculo de Atualização Monetária dos valores dos acórdãos (inicial da execução)	478
Acórdãos encaminhados aos Promotores de Justiça (janeiro a dezembro)	478
Atualização monetária dos acórdãos no curso e ao final das execuções	38

Tabela 34 - Outras atividades: do CAOP-ProAd

Outras atividades	Quantidade
Ofícios expedidos	1049
Ofícios recebidos	118
Ofícios circulares expedidos	3
Memorandos expedidos	37
Atendimento aos Promotores de Justiça	156
Pareceres Técnico-contábeis	311

d) Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAOp-DHC



Procurador José Argôlo Coêlho – Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAOp/DHC

O Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAOp-DHC foi criado através da Resolução nº 03, de 26 de junho de 2006-CPMP, competindo-lhe, além do quanto disposto na Lei Complementar nº 013/91, indistintamente

para todos os CAOps, o seguinte: a atividade de auxílio operacional ao PROVITA – Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas; coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos; coordenação de grupos de estudos respectivos; coordenação das atividades itinerantes das Promotorias de Justiça; coordenação das atividades dos núcleos de mediação comunitária do Ministério Público, além do apoio aos órgãos de execução nas matérias afins (combate à tortura, questões de raça e de gênero, orientação sexual, quilombolas etc.).

Além dos CAOps já existentes, foram criados pelo Colégio de Procuradores o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde – CAOP-SAÚDE, através da Resolução nº 09/2010 e o Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial – CAOP-CEAP, através da Resolução nº 11/2010, publicadas no Diário da Justiça do Estado do Maranhão em 29 de dezembro de 2010.

5.5.10 Acervo Bibliográfico, Documentação e Publicações

Em 2010 a Procuradoria Geral de Justiça aprofundou a gestão da política institucional de documentação e publicações, desenvolvendo uma série de atividades para suprir as necessidades informacionais dos membros e servidores do parquet maranhense, bem como dar transparência às suas ações. Dentre outras, destacam-se:

- Apoio às ações do Programa Memória Institucional e do Programa Gestão de Documentos;
- Assinatura do DATADEZ: Sistema Integrado de Informações Jurídicas (aplicativo virtual) como alternativa à aquisição de novo “kit” de livros jurídicos aos Membros do MPMA;
- Assinatura anual do periódico virtual “Boletim de Licitações e Contratos – BLC” para as unidades administrativas relacionadas à análise e gestão dos procedimentos licitatórios e contratos desta Instituição: Diretoria Geral, Assessoria/PGJ, Assessoria de Controle Interno e Auditoria e Comissão Permanente de Licitação;
- Produção e distribuição dos Boletins Informativos: “Biblioteca Informa” (Matérias legislativas e doutrinárias), “Edição Extra de Jurisprudência” (seleção de Súmulas do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça) aos Membros do MPMA e “MP no DJE” (coletânea semanal das matérias

institucionais publicadas no Diário da Justiça do Estado);

- Processamento técnico (bibliográfico) de livros e periódicos jurídicos e literários através do Sistema de Automação de Bibliotecas – SIABI;
- Normalização, Editoração e Distribuição de obras institucionais:
 - “Manual da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão”;
 - “Manual de Recomendações aos Promotores de Justiça do Estado do Maranhão”;



Publicações institucionais em 2010

- Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão - Juris Itinera Nº 17/2010
- Relatório de Atividades 2009 e Agenda MPMA 2011;
- “Correspondência ativa dos Promotores Públicos do Império”, volume 2, tomos 5 a 16, período histórico de 1842 a 1871;
- “Direitos Fundamentais, Democracia e Cidadania: Estudos em homenagem a Elimar Figueiredo de Almeida Silva” (distribuição).

A tabela a seguir ilustra quantitativamente os principais serviços, produtos e iniciativas referentes à área:

Tabela 35 – Documentação – produtos e serviços - 2010

SERVIÇO, PRODUTO OU INICIATIVA	DESCRIÇÃO / QUANTITATIVO	
Aquisição de livros	Aquisição de obras jurídicas	213
	Doação de títulos jurídicos e literários	101
Atualização do acervo de periódicos	Renovações	14
	Títulos doados	16
Empréstimos de publicações	Jurídicas e Literárias	1986
Produção de boletins informativos	Biblioteca Informa, Edição Extra de Jurisprudência e MP no DJE (Gabinete/GPJ)	66
Realização de pesquisas jurídicas	Legislação, Doutrina & Jurisprudencial	2315
Publicação de matérias no DJE	1411	
Publicação de avisos, editais e notas oficiais em jornais locais	248	
Atualização dos Sistemas de Legislação	Legislação Estadual – Legis: 95	
	Ementário Municipal: 111	Ementário MP (DJE): 1.139
Alerta de legislação (normas aos membros do MP)	96	
Despachos em Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior do MP (CS)	146	

5.5.11 Comunicação Interna e Externa

Estabelecer elo com a sociedade e demais instituições envolvidas nas atividades realizadas pelo Ministério Público, divulgando as ações realizadas e conscientizando quanto às medidas adotadas foi a tônica da comunicação social. Para além da produção de informações, buscou-se também difundir conhecimentos, sensibilizar e chamar a atenção para as campanhas nas áreas de atuação institucional, através dos meios e formas apropriadas, alcançando os diversos segmentos sociais, além de promover, ao público interno, informações e dados que valorizam sua atuação e promovem reconhecimento. Apresenta-se a seguir, uma síntese das atividades realizadas:

- Cobertura jornalística das ações desenvolvidas pelos diversos órgãos de execução; Produção de matérias jornalísticas para alimentação do site da instituição; Cobertura fotográfica de eventos internos e ações do Ministério Público; Gravação de boletins para a Rádio Justiça, dentre muitas outras, das quais destacam-se as coberturas especiais:
- Cobertura das ações e das vitórias, durante todo o ano, da Campanha de Combate à Pirataria e Operação Manzuá;
- Audiência Pública sobre o plantio desordenado de arroz nos leitos dos Lagos da Baixada, no dia 10 de fevereiro de 2010, em São Luís – MA; Cobertura da participação da Procuradora-Geral de Jus-

tiça em seminário com comunidades quilombolas, no dia 15 de março de 2010, em Itapecuru-Mirim – MA; Audiência Pública: Política municipal sobre crianças e adolescentes como população de rua, no dia 19 de março de 2010, em São Luís - MA ; II Simpósio Estadual do Ministério Público, nos dias 14, 15 e 16 de abril de 2010, em São Luís – MA; Cobertura da campanha Maranhão contra a Pedofilia - Campanha de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, iniciada em maio de 2010, em São Luís, Imperatriz, Chapadinha, São Luís Gonzaga, Buriticupu, Santa Inês, Caxias, Viana, Coroatá e Lago da Pedra;

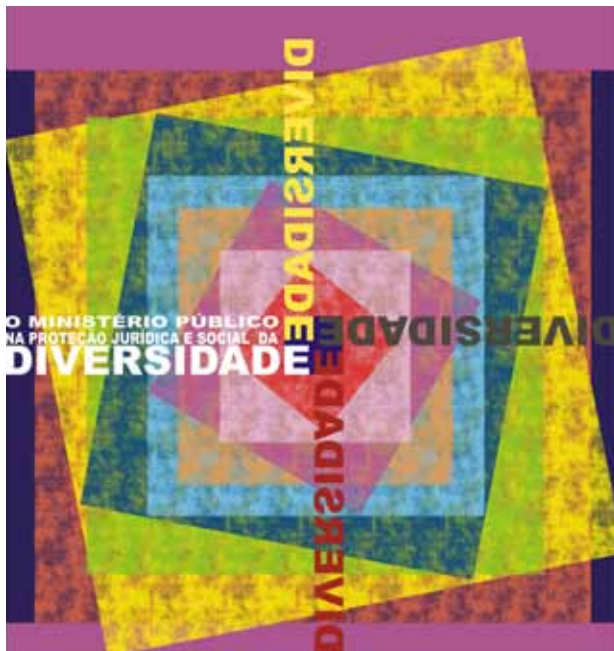
- Simpósio de Meio Ambiente - “A matriz energética do Brasil e o desenvolvimento sustentável no século XXI”, nos dias 07 e 08 de junho de 2010, em São Luís – MA; Seminário Brasileiro de Justiça Juvenil Restaurativa, nos dias 07, 08 e 09 de junho de 2010, em São Luís – MA; Audiência pública para discutir o sistema prisional, promovida pela Promotoria de Execução Penal de Imperatriz, no dia 18 de junho de 2010, em Imperatriz – MA; Seminário “As medidas socioeducativas em meio aberto”, no dia 30 de julho de 2010, em São Luís -MA;

- Audiência pública para discutir propostas para a transposição do bairro Piquiá de Baixo, no dia 14 de setembro de 2010, em Açailândia – MA; Audiência pública “O sistema carcerário de Bacabal”, no dia 13 de setembro de 2010, em Bacabal – MA; Seminário “Cidadania e controle social: compromisso dos conselhos municipais”, no dia 15 de setembro de 2010, em Pedreiras – MA;
- Reunião do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2010, em São Paulo – SP; Sessão Solene de Posse da Nova Diretoria do CNPG, gestão 2010/2011, nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2010, em São Paulo – SP; Entrega da Medalha Santos Dumont, oferecida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, à Procuradora Geral de Justiça, no dia 26 de outubro de 2010, em Belo Horizonte – MG.
- Seminário “Atuação funcional sob a óptica do CNMP”, no dias 11 e 12 de novembro de 2010, em São Luís – MA; Cobertura da 7ª Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público (CNMP), no dia 12 de novembro de 2010, em São Luís – MA; Cobertura do II Congresso Estadual do Ministério Público, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2010, em São Luís – MA;



Audiência Pública realizada em Açailândia





CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
 13 e 14 de dezembro 2010 :: São Luis - MA
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
 ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

INFORMAÇÕES: WWW.MP.MA.GOV.BR OU PELO TELEFONE (98) 3219 1806 - 3219 1671 - 3227 6907

II Simpósio Estadual do Ministério Público



Dias
15, 16 e 17
de Abril



Ministério Público e a Tutela Coletiva dos Direitos Fundamentais

Local: Auditório da Procuradoria Geral de Justiça
Rua Oswaldo Cruz, 1396 Centro

MP informa

Boletim do Ministério Público do Estado do Maranhão - Ano 1 - nº 01 - julho de 2010



MARANHÃO CONTRA PEDOFILIA

ENTRE NESTA LUTA!

<p>ENTREVISTA</p> <p>A procuradora-geral de Justiça Tatiana Travassos é reconduzida ao cargo. (pag. 03)</p>	<p>DESTAQUE</p> <p>Campanha de combate à pedofilia em todo Estado do Maranhão. (PAG. 06)</p>	<p>PROMOTORIAS EM AÇÃO</p> <p>Ministério Público atua no âmbito do consumidor e da ordem tributária. (Pag. 10)</p>
--	---	---

5.5.12 Produção Processual

Observou-se no protocolado geral desta Procuradoria Geral de Justiça um significativo aumento quanto à autuação de Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior (CS) através do Sistema de Controle de Processos durante o ano de 2010.

Com a implantação do Sistema de Gerenciamento de Autos – ARQUIMEDES, registrou-se também o recebimento e o cadastramento de elevado número de Processos Criminais de 2º grau, oriundos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Tabela 36 – Atividade da Seção de Protocolo em números - 2010

RECEBIMENTO / AUTUAÇÃO DE PROCESSOS	Quant.
ADMINISTRATIVOS	9.691
CONSELHO SUPERIOR	1.415
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10.467
OUTROS PROCESSOS	170
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE AUTOS - ARQUIMEDES	2.148
TOTAL	23.891

EXPEDIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS	Quant.
SIMPLES	6.304
REGISTRADAS C/AR	7.803
SEDEX C/AR	3.455
TOTAL	17.562

EXPEDIÇÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS POR GED'S	Quant.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA (REMESSA CÍVEL)	10.775
EXTERNA – ÓRGÃO DIVERSOS –GED's	1.004
MALOTE EXPEDIÇÃO	19
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE AUTOS - ARQUIMEDES	766
TOTAL	12.564

CONTROLE DE DIÁRIOS OFICIAIS	Total
Diário da Justiça - PODER JUDICIÁRIO	244

Destaca-se também que a implantação do Serviço de Gerenciamento de Informações, através do Projeto GEDIC e do Sistema GED ARQUIVAR

melhorou significativamente a qualidade dos serviços de guarda e preservação dos documentos intermediários.

Tabela 37 – Atividade da Seção de Arquivo em números - 2010

PROCESSOS, PARECERES, PASTAS E OUTROS DOCUMENTOS	RECEBIDOS	ENVIADOS
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA	2279	198
CONSELHO SUPERIOR	674	20
CORREGEDORIA GERAL DO MPMA	379	83
DIRETORIA GERAL	537	7
OUTRAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	4999	778
TOTAL	8868	1086

6

INDICADORES DE GESTÃO

Tabela 38 – Indicadores de Gestão

DESCRIÇÃO	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	92,68
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	80,26
Despesa c/ Pessoal Realizada / Despesa Total Realizada	86,60
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA C/ OUTROS CUSTEIOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	8,22
Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	8,86
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM IMOBILIZAÇÕES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	4,20
Despesa de Capital / Despesa Total Realizada	4,53

Nesse exercício, mesmo com as dificuldades enfrentadas, conseguiu-se executar 92,68% do orçamento. Nos processos licitatórios a Procuradoria

Geral de Justiça conseguiu economia da ordem de **18,39%** do valor total das contratações concluídas no exercício de 2010.

PROMOTORES DE JUSTIÇA POR ENTRÂNCIA ANO 2010

Fonte: Corregedoria Geral do Ministério Público (até 31.12.2010)

ENTRÂNCIA FINAL (TOTAL: 84)

- Abel José Rodrigues Neto
- Adélia Maria Souza Rodrigues Morais
- Ana Luíza Almeida Ferro
- Ana Teresa Silva de Freitas
- Andria Márcia Ribeiro de Souza
- Augusto Aurélio Anceles Lima
- Carlos Alberto Garcia
- Carlos Augusto da Silva Oliveira
- Carlos Henrique Rodrigues Vieira
- Carlos Jorge Avelar Silva
- Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
- Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
- Danilo José de Castro Ferreira
- Doracy Moreira Reis Santos
- Ednarg Fernandes Marques
- Eduardo Daniel Pereira Filho
- Eliane da Costa Ribeiro Azor
- Esdras Liberalino Soares Júnior
- Fanny de Sousa Brandes
- Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho
- Francisco de Aquino da Silva
- Giorgionni Matos Lauande Fonseca
- Gladston Fernandes de Araújo
- Haroldo Paiva de Brito
- Herberth Costa Figueiredo
- Ironilde Sousa Ribeiro
- João Leonardo Sousa Pires Leal
- José Augusto Cutrim Gomes
- José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
- José Coêlho Neto
- José Lucíolo Gorayeb Santos
- José Osmar Alves
- José Ribamar Sanches Prazeres
- Justino da Silva Guimarães
- Laert Pinho de Ribamar
- Lena Cláudia Ripardo Pauxis
- Lítia Teresa Costa Cavalcanti
- Lize de Maria Brandão de Sá Costa
- Lúcia Cristiana Silva Chagas
- Luís Carlos Corrêa Duarte
- Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
- Luiz Muniz Rocha Filho
- Lusival Santos Gaspar Dutra
- Márcia Haydée Porto de Carvalho
- Márcia Lima Buhatem
- Márcia Moura Maia
- Márcio Thadeu Silva Marques
- Marco Aurélio Batista Barros
- Marcos Valentim Pinheiro Paixão
- Maria da Glória Mafra Silva
- Maria da Graça Peres Soares Amorim
- Maria de Fátima Santana Borges
- Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann
- Maria de Lourdes Sousa Ribeiro
- Maria do Socorro Assunção Gomes
- Maria do Socorro Viégas Reis Leite
- Maria Luciane Lisboa Belo
- Maria Teresa Pestana Chaves Barros
- Marinete Ferreira Silva Avelar
- Martha Helena Costa Ribeiro
- Maruschka de Mello e Silva
- Moema Figueiredo Viana Pereira
- Nacor Paulo Pereira dos Santos
- Núbia Zeíle Pinheiro Gomes
- Orfileno Bezerra Neto
- Orlando Pacheco de Andrade Filho
- Oziel Costa Ferreira Neto
- Paulo Roberto Barbosa Ramos
- Paulo Silvestre Avelar Silva
- Raimundo Nonato Sousa Cavalcante
- Raquel Silva de Castro
- Ricardo Henrique de Almeida
- Rodolfo Soares dos Reis
- Ronald Pereira dos Santos
- Sandra Lúcia Mendes Alves
- Sarah Albuquerque de Sousa Santos
- Sebastiana de Cássia Araújo Muniz
- Sirlei Castro Aires Rodrigues
- Susete Marques Palmeira
- Valdenir Cavalcante Lima
- Vicente de Paulo Silva Martins
- Washington Luiz Maciel Cantanhede
- Willer Siqueira Mendes Gomes
- Zanony Passos Silva Filho

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (TOTAL: 99)

- Agamenon Batista de Almeida Júnior
- Albert Lages Mendes
- Alessandro Brandão Marques
- Alineide Martins Rabelo Costa
- Alline Matos Pires
- Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite
- André Luís Lopes Rocha
- Antônio Augusto Nepomuceno Lopes
- Antônio Borges Nunes Júnior
- Antônio Coelho Soares Júnior
- Araceles Lima Ribeiro
- Arnaldo Jorge de Castro Ferreira
- Benedito de Jesus Nascimento Neto
- Carla Mendes Pereira Alencar
- Carlos César Silva Lindoso
- Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes
- Carlos Serra Martins
- Cássius Guimarães Chai
- Celso Antônio Fernandes Coutinho
- Christiane de Maria Ericeira Silva
- Cláudio José Sodré
- Cláudio Rebêlo Correia Alencar
- Cristiane Gomes Coelho Maia Lago
- Domingos Eduardo da Silva
- Douglas Assunção Nojosa
- Eduardo Borges Oliveira
- Elda Maria Alves Moureira
- Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça
- Elyjeane Alves Carvalho
- Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
- Emmanuella Souza de Barros Bello Peixoto
- Eveline Barros Malheiros
- Fábio Menezes de Miranda
- Fábio Henrique Meireles Mendes
- Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
- Fátima Maria Sousa Arôso Mendes
- Fernanda Helena Nunes Ferreira
- Fernando Evelim de Miranda Menezes
- Flávia Valéria Nava Silva
- Francisco de Assis Silva Filho
- Francisco Teomário Serejo Silva
- Frank Teles de Araújo
- Frederik Bacellar Ribeiro
- Gabriela Brandão da Costa Tavernard
- Geraulides Mendonça Castro
- Gilberto Câmara França Júnior
- Giovanni Papini Cavalcanti Moreira
- Giselle Silva da Cunha Santos Arôso
- Guaracy Martins Figueiredo
- Gustavo Antônio Chaves Dias
- Ilana Franco Bouéres Laender Moraes
- Ilma de Paiva Pereira
- Jadilson Cirqueira de Sousa
- Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
- João Marcelo Moreira Trovão
- Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior
- John Derrick Barbosa Braúna
- Jorge Luís Ribeiro de Araújo
- José Alexandre Rocha
- José Carlos Faria Filho
- José Márcio Maia Alves
- Juarez Medeiros Filho
- Karla Adriana Holanda Farias Vieira
- Lana Cristina Barros Pessoa
- Leonardo Rodrigues Tupinambá
- Lindonjonson Gonçalves de Sousa
- Luís Samarone Batalha Carvalho
- Luiz Gonzaga Martins Coelho
- Márcio José Bezerra Cruz
- Marco Antônio Camardella da Silveira
- Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues
- Marco Aurélio Ramos Fonseca
- Maria do Socorro Cardoso Matos Ferreira
- Maria José Lopes Corrêa
- Nahyma Ribeiro Abas
- Newton de Barros Bello Neto
- Norimar Gomes Nascimento Campos
- Pablo Bogéa Pereira Santos
- Patrícia Espínola Passos Silva
- Paulo José Miranda Goulart
- Pedro Lino Silva Curvelo
- Raimundo Benedito Barros Pinto
- Raquel Chaves Duarte Sales
- Raquel pires de Castro
- Reginaldo Júnior Carvalho
- Rosalvo Bezerra de Lima Filho
- Rosanna Conceição Gonçalves
- Ruy Antônio Vieira de Carvalho
- Samaroni de Sousa Maia
- Sandra Soares Pontes
- Sandro Pofahl Bísparo
- Selma Regina Souza Martins
- Sérgio Henrique Furtado Coelho
- Sérgio Ricardo Souza Martins
- Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato
- Sílvia Menezes de Miranda
- Tarcísio José Sousa Bonfim
- Theresa Maria Muniz Ribeiro
- Uiuara de Melo Medeiros

ENTRÂNCIA INICIAL (TOTAL: 73)

- Alenilton Santos da Silva Júnior
- Aline Silva Albuquerque
- Ana Cláudia Cruz dos Anjos
- Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar
- André Charles Alcântara Martins Oliveira
- Antônio de Pádua Luz
- Antonio Lisboa de Castro Viana Junior
- Bianka Sekeff Salem Rocha
- Camila Gaspar Leite
- Carla Tatiana Pereira de Jesus
- Carlos Augusto Soares
- Carlos Henrique Soares Monteiro
- Carlos Rafael Fernandes Bulhão
- Carlos Rostão Martins Freitas
- Clodoaldo Nascimento Araujo
- Clodomir Bandeira Lima Neto
- Cristiane Carvalho Melo
- Dailma Maria de Melo Brito
- Edilson Santana de Sousa
- Elisete Pereira dos Santos
- Érica Éllen Beckman da Silva
- Fábio Henrique Meirelles Mendes
- Fábio Murilo da Silva Portela
- Fernando Antônio Berniz Aragão
- Fernando José Alves Silva
- Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho
- Glauce Mara Lima Malheiros
- Gleudson Malheiros Guimarães
- Gustavo de Oliveira Bueno
- Hagamenon de Jesus Azevedo
- Henrique Helder de Lima Pinho
- Herlane Maria Fernandes de Carvalho
- Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva
- João José e Silva Veras
- José das Chagas Leitão Júnior
- José Jailton Andrade Cardoso
- Karen Fuly de Castro
- Karine Guará Brusaca Pereira
- Klycia Luíza Castro de Menezes
- Lays Gabriella Pedrosa Souza
- Letícia Teresa Sales Freire
- Linda Luz Matos Carvalho
- Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira
- Luciana dos Santos Lima
- Lúcio Leonardo Fróz Gomes
- Marco Antônio Santos Amorim
- Maria Cristina Lima Lobato Murillo
- Marina Carneiro Lima
- Michelle Adriane Saraiva Silva
- Moisés Caldeiras Brant
- Nadja Veloso Cerqueira
- Nelson Nedes Ribeiro Guimarães
- Ossian Bezerra Pinho Filho
- Patrícia Fernandes Costa Ferreira
- Patricia Pereira Garcia
- Patrício Noé da Fonseca
- Rafaela Martins Pereira Toni
- Raimundo Nonato Leite Filho
- Reinaldo Campos Castro Júnior
- Ricardo Misko Campeiro
- Rodrigo de Vasconcelos Ferro
- Romero Lucas Rangel Piccoli
- Rommel Silva Patriota
- Samara Cristina Mesquita Pinheiro
- Samira Mercês Santos
- Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
- Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida
- Silvio Mendonça Ribeiro Filho
- Simone Chrystine Santana Valadares
- Thiago Cerqueira Fonseca
- Vicente Gildásio Leite Júnior
- Williams Silva de Paiva
- Wlademir Soares de Oliveira

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA - 2010

N.º MUNICÍPIOS: 217

N.º COMARCAS: 108

N.º PROMOTORIAS DE JUSTIÇA: 256

N.º PROMOTORES DE JUSTIÇA: 256



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça